

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUIZ PAULO KLOCK FILHO

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO GRUPO HERANÇA
VIVA DE CHAPECÓ-SC E SUAS ESTRATÉGIAS
DE AÇÃO CONJUNTA**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2016

LUIZ PAULO KLOCK FILHO

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO GRUPO HERANÇA
VIVA DE CHAPECÓ-SC E SUAS ESTRATÉGIAS
DE AÇÃO CONJUNTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Ambiente e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Junior Marini

PATO BRANCO
2016

K69p Klock Filho, Luiz Paulo.
O processo de organização social do Grupo Herança Viva de Chapecó - SC e suas estratégias de ação conjunta / Luiz Paulo Klock Filho . -- 2016. 95 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Junior Marini
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2016.
Bibliografia: f. 86 – 91.

1. Ecologia agrícola. 2. Capital social. 3. Redes sociais. 4. Cooperativas de produtores. I. Godoy, Wilson Itamar, orient. II. Marini, Marcos Junior, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 88

Título da Dissertação

O Processo de Organização Social do Grupo Herança Viva de Chapecó-SC e suas Estratégias de Ação Conjunta

Autor

Luiz Paulo Klock Filho

Esta dissertação foi apresentada às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de março de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy – UTFPR
Orientador

Prof. Dr. Marcos Junior Marini - UTFPR
Examinador

Prof. Dr. Ednaldo Michellon – UEM
Examinador

Prof. Dr. Marcio de Medeiros Gonçalves – FURG
Examinador

Dr. Luiz Augusto Ferreira Verona – PNP/PPGDR
Examinador

Visto da Coordenação

Prof.^a Dr.^a Marlize Rubin Oliveira
Coordenadora do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

Para as pessoas que não usam a produção alimentar como apenas um negócio, mas que tratam a terra e que nela vivem com respeito.

AGRADECIMENTOS

A jornada da vida é marcada pelo encontro entre pessoas, e conhecê-las nos traz todo um universo de convívio com suas diferentes maneiras, modos de interpretar o mundo que nos rodeia. Nesta interação que marca nossa vida por ensinamentos, fazendo crescer como indivíduo e repensar o nosso papel frente a este grande universo.

Quero agradecer a todas as pessoas que acompanharam durante estes dois anos de estudos e pesquisas e colaboraram de certa maneira para os avanços que obtive.

À minha família e aos meus pais pelo seu carinho, compressão e a visão de que devemos ser a mudança que queremos ver no mundo. À minha esposa, que esteve comigo a cada momento estimulando e com seu amor fez-me superar as limitações, fazendo buscar o melhor caminho

Ao meu orientador, professor Dr. Wilson Itamar Godoy, pelos seus exemplos de vida, sua dedicação e esforço na busca do conhecimento, obrigado por todos os ensinamentos e momentos.

Ao meu coorientador, professor Dr. Marcos Junior Marini, obrigado por apresentar as relações das redes sociais, por suas colaborações e contribuições ao longo do trabalho.

A todos os docentes e colegas dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e Políticas Públicas da Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó), por todos os ensinamentos e parcerias ao longo do processo de formação, que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos componentes que fazem parte do Grupo Agroecológico Herança Viva, pela abertura concebida para a realização da pesquisa, como pelos agradáveis momentos vividos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos recursos disponibilizados para a realização da pesquisa.

Aos membros da banca, pelas reflexões que contribuíram para a evolução e aperfeiçoamento deste trabalho.

“Ainda que eu tenha o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência, ainda que eu tenha toda a fé a ponto de mover montanhas, se eu não tenho o amor, eu nada sou.”
Coríntios 13,2

RESUMO

KLOCK FILHO, Luiz Paulo. O processo de organização social do Grupo Herança Viva de Chapecó-SC e suas estratégias de ação conjunta. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Paraná, 2016.

As consequências advindas do modelo de modernização econômica geraram desequilíbrios socioambientais, tendo como resultado a exclusão e o isolamento social, reflexos percebidos no setor agrícola. Ao se estudar as organizações sociais, tende-se a ver como elas mantêm seus processos de cooperação frente a toda uma sociedade constituída pela valorização do individualismo e da competição. O objetivo geral para esta pesquisa foi, analisar a dinâmica organizacional do Grupo Agroecológico Herança Viva do município de Chapecó, Santa Catarina, a fim de identificar as fortalezas e ameaças e colaborar, desta forma, para elaboração de estratégias de ação para a sua sustentabilidade. O grupo escolhido baseia-se nos princípios da agroecologia para condução dos seus sistemas de produção agrícola, evitando o uso de agroquímicos, comprovada através da utilização da certificação participativa do selo da Rede Ecovida, sendo os produtos comercializados principalmente nas feiras-livres do município de Chapecó. Para cumprir tal proposta foram consultadas as atas das reuniões e aplicação de questionários com os produtores, para avaliar as dinâmicas de cooperação entre seus membros, através do entendimento do seu capital social e da análise redes sociais (ARS). Para ampliar o estudo sobre o grupo e de seus integrantes foi adotada a opção metodológica da Pesquisa-ação, onde foram desenvolvidas atividades para identificar pontos fortes e fracos e colaborar com a sua reestruturação organizativa, tendo como resultado a construção, realizada pelos agricultores familiares, dos princípios norteadores do Grupo Herança Viva que vão colaborar para as tomadas de decisão e o fortalecimento da sua identidade. A pesquisa também trouxe como o grupo está inserido na Transição Social Agroecológica, pois, a mudança do paradigma atual não está inserida apenas no modelo alternativo de produção, porém na forma de organização dos atores sociais e seu protagonismo no processo de comercialização dos seus produtos, na discussão do cenário das cadeias produtivas alimentares

Palavras-chave: Agroecologia. Capital Social. Redes Sociais. Grupo de Produtores.

ABSTRACT

KLOCK FILHO, Luiz Paulo. The process of social organization Viva Heritage Group of Chapecó-SC and their joint action strategies. 2016 96 f. Dissertation (Master in Regional Development) - Program of Postgraduate Studies in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, Paraná, 2016.

The consequences resulting from economic modernization model generated social and environmental imbalances, resulting in the exclusion and social isolation, perceived consequences in the agricultural sector. When studying social organizations, tends to see how they keep their forward cooperation processes all a company incorporated by the appreciation of individualism and competition. The overall objective for this research was to analyze the organizational dynamics of Agroecology Group Heritage Viva Chapecó, Santa Catarina, in order to identify the strengths and threats and collaborate in this way for preparation of action strategies for sustainability. The selected group is based on the principles of agroecology for the conduct of their agricultural production systems, avoiding the use of agrochemicals, proven through the use of participatory certification seal Ecovida Network, and the products sold mainly in street fairs in the city of chapecó. To fulfill such a proposal were consulted the minutes of meetings and questionnaires with farmers to assess the dynamics of cooperation among its members, through the understanding of their social capital and social network analysis (SNA). To extend the study of the group and its members was adopted methodological approach of action research where activities were developed to identify strengths and weaknesses and contribute to its organizational restructuring, resulting in the construction, carried out by farmers, the guiding principles of the Living Heritage Group will contribute to the decision-making and strengthen their identity. The survey also brought the group is inserted in the Social Transition Agroecology therefore change the current paradigm is not inserted only in the alternative model of production, but in the form of organization of social actors and their role in the marketing process of their products, in discussing the scenario of food supply chains.

Keywords: Agroecology. Social capital. Social networks. Group of Producers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Chapecó-SC.....	37
Figura 2: Reunião do Grupo em propriedade rural	40
Figura 3: Selos Rede Ecovida e Mapa/Certificação Participativa	49
Figura 4: Identificação das bascas agroecológicas na Feira Central de Chapecó	51
Figura 5: Rede Social dos Integrantes do Grupo Agroecológico Herança Viva	60
Figura 6: Formação Institucional da Rede de Auxílio ao Gerenciamento da Propriedade.....	65
Figura 7: Formação Institucional da Rede de Auxílio à Questão Econômica	66
Figura 8: Formação Institucional da Rede Informação Técnica.....	67
Figura 9: Reunião do Grupo Agroecológico Herança Viva na propriedade	71
Figura 10: Mutirão realizado pelo grupo	72
Figura 11: Oficina de Produção de Cogumelos Shitake	72
Figura 12: Oficina de SWOT e DRP	74
Figura 13: Ecologização e Ação Social Coletiva como sustentabilidade	78
Figura 14: Modelo de Transição Social Agroecológica.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Reuniões do Grupo Agroecológico Herança Viva registrado em ata	52
Gráfico 2 : Número de participantes nas reuniões do Grupo Herança Viva	53
Gráfico 3 : Mecanismo de Troca (socialização) entre os integrantes do grupo	55
Gráfico 4 : Procedimento de repasse de informação.....	57
Gráfico 5 : Realiza divulgação do grupo em outros espaços.....	57
Gráfico 6 : Conhecimento dos produtores sobre outro grupo agroecológico.....	58
Gráfico 7 : Nível de reciprocidade dos produtores.....	62
Gráfico 8 : Centralidade da rede, número de laços por produtor.....	63
Gráfico 9 : Avaliação das Instituições que contribuem com os produtores.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Etapas da pesquisa-ação que envolvem a pesquisa.....	41
Quadro 2 : Ambiente Interno e Externo do Grupo Agroecológico Herança Viva	75
Quadro 3 : Princípios Organizativos do Grupo	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APACO	Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APROFEC	Associação de Produtores Feirantes de Chapecó
ARS	Análise de Redes Sociais
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERFAMILIAR	Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar
CRESOL	Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EPAGRI	Empresa De Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	15
1.2 Objetivo Geral.....	17
1.2.1 Objetivos Específicos	17
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Agroecologia: Estratégias para o fomento de agrossistemas sustentáveis	22
2.2 O Capital Social e Ação Conjunta	25
2.3 Desenvolvimento Endógeno.....	28
2.4 Análise de Redes Sociais (ARS)	31
2.5 Metodologia de Diagnóstico – SWOT e Diagnóstico Rápido Participativo -DRP.....	34
3- METODOLOGIA DE PESQUISA	36
3.1 Delimitação da área de estudo e população.....	36
3.1.1 Instrumentos e procedimento de coleta de dados	38
3.2 Métodos para Análise dos Dados	42
3.2.1 Análise de Redes Sociais do Grupo Agroecológico Herança Viva	43
3.2.2 Diagnóstico – SWOT/DRP.....	44
4- RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1 Contextualização do cenário do Grupo Agroecológico Herança Viva	46
4.2 Formação do Capital Social do Grupo Agroecológico Herança Viva.....	51
4.3 As redes sociais que compõem o grupo agroecológico	59
4.4 Processos e Estratégias de Ações Conjuntas no Grupo Agroecológico Herança Viva	69
4.5 Transição Social Agroecológica	77
5- CONSIDERAÇÕES	83
6- CONCLUSÕES	85
REFERÊNCIAS	86
ANEXO	92
Anexo A – Localização das comunidades dos membros do grupo	92
APÊNDICE	93
Apêndice A – Questionário aplicado aos membros do Grupo Agroecológico Herança Viva	93

1. INTRODUÇÃO

A apropriação e substituição por parte do capital sobre a natureza, ou seja, a exploração econômica da natureza e dos indivíduos que vivem dela tem ocasionado desequilíbrios nos sistemas biológicos, sociais, econômicos e culturais dos agrossistemas. A implantação de um sistema de produção essencialmente quantitativo, baseado na globalização econômica, foi caracterizada pela entrada de capital e de técnicas estrangeiras que nem sempre se adequavam à realidade das condições territoriais onde eram inseridas. O processo da globalização trouxe uma expansão do capitalismo que possibilitou alterações nas relações de produção e na própria dinâmica de interações entre os indivíduos e seus territórios, como coloca Leff (2015).

Neste processo, a importância de rever e discutir novas formas de praticar e viver a relação com o espaço geográfico, passa pelo contexto de organizações sociais e produtivas. Na integração de um padrão de produção que integre, equilibradamente, objetivos sociais, econômicos e ambientais. Para a necessidade de se “fundar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos” (LEFF, 2015, p.17).

A participação e o engajamento da sociedade são fundamentais para a concretização dos objetivos que visem atender os interesses da coletividade, buscando resolver ou encontrar alternativas para situações problemas da sua vivência. No momento em que a sociedade é convidada a participar e contribuir na definição e elaboração de propostas que colaborem com a melhoria da qualidade de vida, seja de sua comunidade, município, região ou estado, as pessoas passam a sentirem-se mais envolvidas e corresponsáveis pelo êxito do projeto proposto. Nesse sentido Guimarães (2001) afirma que

[...] um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito justamente à necessidade de *territorializar* a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento – o “pensar globalmente mas atuar localmente” – e, ao mesmo tempo, *dar sustentabilidade* ao desenvolvimento do território, ou seja, fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras. (GUIMARÃES, 2001, p.49).

Para alcançar ações sustentáveis de uso do território, é necessário perceber suas formas de ocupação e principalmente as redes de relações construídas naquele espaço, que devem levar em consideração as características da população (demográfica, valores, cultura), suas organizações sociais e como essas estruturas se relacionam com o seu entorno.

Todo esse processo de cooperação entre as instituições e os indivíduos através do seu capital social que está situado num determinado território pode contribuir com práticas e formas de cooperação as quais contribuem para o processo de desenvolvimento. Neste sentido, Putnam (1996) afirma que “o capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (PUTNAM, 1996, p.177)

Dentro dessa perspectiva, a agroecologia surge como uma alternativa para enfrentar uma sociedade baseada no reducionismo produtivista, sob o qual é estruturado o modelo vigente de produção agrícola, para um modelo de desenvolvimento mais integrativo, participativo e sustentável.

Para Altieri (2001), a busca por um desenvolvimento rural sustentável baseado em princípios da agroecologia está relacionada com a construção de sistemas locais, que levem em consideração os valores das pessoas, o seu conhecimento, sua forma de organização social e as tecnologias disponíveis em conjunto com o manejo ecológico de recursos naturais. Incorporados a uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar a inclusão social em equilíbrio com a natureza.

No atual panorama é importante perceber como grupos sociais, a partir de suas realidades, conseguem se relacionar com o grande capital e mantiver suas estruturas sociais de cooperação. Neste sentido, o presente trabalho busca caracterizar o processo de organização social e as ferramentas de ação conjunta do Grupo Agroecológico Herança Viva do município de Chapecó/Santa Catarina. Para assim poder compreender a dinâmica das práticas que condizem com ações de alternativa ou são simples reprodução do modelo vigente.

1.1. Justificativa

A Agroecologia apresenta-se, na concepção de Caporal (2009), como uma nova perspectiva para propor novos elementos de discussão para atual sociedade:

[...] propondo que este novo enfoque científico passe a reorientar processos produtivos e estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de contribuir para minimizar os impactos ambientais gerados pela agricultura convencional e, ao mesmo tempo, sugerir estratégias que possam vir a ser adotadas para um desenvolvimento socialmente mais apropriado e que preserve a biodiversidade e a diversidade sociocultural. (CAPORAL, 2009, p.01)

Nesse sentido gerar o desenvolvimento de um grupo está associado à dinâmica do potencial territorial de cada grupo, à busca de alternativas de mercados locais e na sua organização social, em possibilitar iniciativas de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios. Isso permite a construção de condições mais amplas e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses.

A organização de associações pode se constituir num caminho estratégico mais seguro para as mudanças, pois as dificuldades e os sucessos são compartilhados. Esse mútuo comprometimento reduz o grau de envolvimento individual e distribui responsabilidades com a totalidade das ações da unidade de produção gerando segurança, pois atribui maior certeza à tomada de decisões.

Na perspectiva de Boisier (1989):

[...] A capacidade de organização social da região para transformar os impulsos do crescimento em estados de desenvolvimento. Trata-se, neste caso, de processo endógeno à região, associado a questões como decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo investimento em melhoramento social e preservação do meio ambiente. (BOISIER, 1989, *apud*, FUINI, 2011, p.154).

A organização e a mobilização dos atores sociais são fundamentais para a dinâmica de sucesso para qualquer tipo de empreendimento que busca o desenvolvimento local. A mobilização social fortalece também a construção de planos de desenvolvimento que contemplam os potenciais e desejos da população local, respeitando a diversidade, cultura e valores daqueles que se engajam na melhoria e transformação dos seus territórios.

Para Bandeira (1999), a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento pode-se destacar em três pontos:

1. a necessidade de consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados por projetos específicos, relacionados ao desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade;
2. a importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo;
3. vincular a participação à acumulação de capital social que se constitui em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento

O processo participativo está relacionado com uma postura de que as decisões não fiquem apenas relacionadas com agentes distantes da realidade vivida na comunidade, mas que aprimorem os instrumentos democráticos localmente, aumentando assim seu grau de responsabilidade e envolvimento perante suas decisões.

De acordo com Santos (2009):

[...] Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, permitindo-lhes passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido. [...] O território é arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. (SANTOS, 2009, p.259)

Todo o encaminhamento para ressaltar a interação dos diversos atores sociais, passa necessariamente pela construção da participação dos indivíduos e seus vários grupos de interesses, como aborda Rover, (2011, p.133): “As fronteiras dos territórios-rede são configurações territoriais que se remodelam conforme as relações sociais, políticas e econômicas que se organizam em cada território.”

À medida que grupos e atores sociais ampliam suas capacidades, podem mobilizar mais recursos e ativos e, por sua vez, encontram campo fértil para satisfazer suas demandas e interesses, os quais constituem relações de conflito e cooperação.

A importância da participação que envolve a organização dos grupos sociais é um ponto crucial para que indivíduos de diversos segmentos possam, unidos, conseguir suas perspectivas de desenvolvimento. Mas essa ação está atrelada a toda uma conjuntura que envolve os interesses pessoais dentro desse coletivo, ou seja, por muitas vezes, o trabalho realizado no coletivo busca atender (direta ou indiretamente) anseios individuais.

Para assim poder entender esta dinâmica, no ano de 2014, houve um maior envolvimento nas reuniões do Grupo Agroecológico Herança Viva, localizado no município de Chapecó/SC. Tal grupo dentro de sua estrutura utiliza-se da certificação participativa, que através da observação/avaliação de consumidores, técnicos e dos próprios produtores, verifica-se a não utilização de agroquímicos ou sementes modificadas geneticamente na produção dos alimentos. Tal contato foi facilitado pela parceria existente com a Secretaria Municipal de Agricultura, através do técnico agrícola que os acompanha, e por conhecer alguns dos agricultores que fazem parte do grupo.

1.2. Objetivo Geral

Analisar a dinâmica organizativa do Grupo Agroecológico Herança Viva do município de Chapecó, Santa Catarina, a fim de identificar forças e ameaças possibilitando ainda, colaborar na elaboração de estratégias de ação para a sua sustentabilidade.

1.2.1. Objetivos Específicos:

- Contextualizar sócio-historicamente a formação que deu origem ao Grupo Agroecológico Herança Viva, dentro do cenário da região oeste de Santa Catarina;

- Identificar as ações conjuntas entre os membros do Grupo Agroecológico Herança Viva e suas redes institucionais, quanto aos aspectos do fortalecimento da associação;
- Avaliar as possibilidades de estratégia de sustentabilidade que envolvem o grupo e suas perspectivas;
- Oferecer instrumentos de apoio que contribuam para a consecução dos objetivos do grupo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As sociedades se desenvolveram fazendo o uso irracional dos recursos naturais, o que resultou em significativa modificação da paisagem terrestre. Com o desenvolvimento técnico-científico, o processo de destruição de paisagens naturais se intensificou, sobretudo após a Revolução Industrial. Isso provocou uma corrida mundial por novas fontes de matérias-primas. Povos foram subjugados para a exploração de suas riquezas naturais, indústrias se desenvolveram poluindo todo o seu entorno. Governos fomentaram o desenvolvimento de seus países apoiados na exploração de seus recursos naturais e de outras partes do mundo, como coloca Leff (2015):

Portanto, a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis... (LEFF, 2015, p.17).

A apropriação dos bens naturais para interesse de produção capitalista de alguns, mostra como são desiguais as relações entre os indivíduos, entre aqueles que acessam e não acessam o “progresso”, colocando como premissa primordial o fato de que a busca pelo progresso pressupõe que dano ambiental, cultural ou social são permissíveis.

A agricultura é um dos setores econômicos que sofreu forte influência desse processo de modernização, principalmente relacionado às ferramentas tecnológicas utilizadas para o aumento da produção alimentar, desenvolvidas pelo modelo agroquímico.

A intensificação dessas práticas causou impactos sobre a biodiversidade provocando perdas de importantes processos ecológicos tais como a decomposição, ciclagem de nutrientes, predação e parasitismo. As plantas passaram a se desenvolver em solos desequilibrados, tornando-se mais predispostas às pragas, doenças, contaminação de agricultores, êxodo rural e endividamento agrícola.

Como aborda Caporal (2009),

Os efeitos deletérios dos modelos convencionais de desenvolvimento e de agricultura chegaram aos seus limites? Talvez? O que se sabe, com certeza, é que os monocultivos, baseados nas práticas e tecnologias da chamada Revolução Verde, têm sido responsáveis por um conjunto de externalidades que levaram a uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade. (CAPORAL, 2009, p.01)

Pensar um novo modelo de desenvolvimento é pensar na noção de equilíbrio entre as pessoas e os recursos naturais, que seja democrático, inclusivo e ambientalmente sustentável.

A solução dos problemas da atual sociedade tem como objetivo superar as imposições do chamado mundo moderno, que trouxe separações e desigualdades. Pensar novas possibilidades para o cenário atual passa necessariamente sobre o processo de formação do conhecimento, exige manobras que não fiquem apenas restritas aos espaços científicos e que tragam para a discussão o maior número de atores sociais e não apenas ações simplórias, mas que busquem entender as complexidades dos vários sistemas que envolvem nosso planeta.

A articulação desses primeiros passos da globalização nas intervenções dos conquistadores nas diversas áreas e, hoje, concretizada pelas empresas transnacionais, transformando cidadãos em novos consumidores, descaracterizando antigas comunidades, antigos conhecimentos em nome de um projeto modernizador.

James O'Connor (2003) mostra como a expansão do capital, principalmente caracterizado pelas grandes corporações internacionais, pode levar ao desequilíbrio ambiental, na relação de extração de recursos naturais para saciar o consumo mundial. No mesmo espaço a existência de estruturas altamente tecnológicas e, do outro lado, paisagens com falta de infraestrutura, como consequência acentuando as desigualdades sociais e naturais, derivadas dessas ações.

Na economia global a maximização de lucros, divisão da força de trabalho, super exploração e a organização industrial, são estruturas que movem o atual sistema capitalista e que a natureza e as relações sociais, nesta lógica, são apenas o ponto de partida da produção em massa.

Para a maioria da população, o senso de espaço, seja geográfico ou mais importante, social, era estreito. O processo de modernização “distanciou” os

indivíduos e as comunidades das sociedades tradicionais dessas noções estreitas de tempo, espaço e *status*. A modernização “desencaixou” o indivíduo de sua identidade.

Giddens (1991) descreve isso como uma chave para o processo de deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. É caracterizado pela noção de não pertencimento, na qual os indivíduos percebem o tempo cada vez mais rápido em suas mudanças, não conseguindo muitas vezes saber qual seu papel nesta nova ordem mundial.

Os lugares vão perdendo suas essências, com a globalização e suas redes de disseminação do mercado global. O “lugar” deixou de existir no sentido cultural (o trabalho, as tradições). Há necessidade de reverter essa situação enfocando novamente da sua importância

Milton Santos (2008), chama atenção para a necessidade de rever a racionalidade dominante e pensar novas racionalidades que sejam capazes de trazer o homem e o seu espaço para o centro das discussões:

A regulação mundial é imposta, a serviço de uma racionalidade dominante, mas não forçosamente superior. A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades, em outros níveis e em regulações mais consentâneas com a ordem desejada. Desejada pelos homens, lá onde eles vivem (SANTOS, 2008, p.54).

Pensar um novo modelo de desenvolvimento deve levar em consideração aspectos locais e suas especificidades, para que todos os conhecimentos, costumes sejam considerados e respeitados, como fruto para reconhecer e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas nos aspectos de interação natural e social. É pensar na noção de equilíbrio entre as pessoas e os recursos naturais, é criar condições de igualdade, tendo presentes as demandas dos lugares e a participação dos atores sociais.

A agroecologia frente a essa discussão aparece como uma possibilidade de buscar formas alternativas de enfrentamento da crise ambiental na busca da sustentabilidade.

Diante dos aspectos imperativos da crise estabelecida, gera-se um processo de surgimento de movimentos que mediante a produção de conhecimentos vão gerar efeitos de interesses sociais opostos. Todo esse campo de possibilidades

abre espaço para ações alternativas para reorganização produtiva da sociedade e aproveitamento dos recursos (LEFF, 2010).

As premissas de modelos sustentáveis passam necessariamente pelas estruturas locais, as quais necessitam do entendimento do funcionamento dos ecossistemas que condiciona a racionalidade das práticas produtivas dentro de uma perspectiva a qual valorize a formação social (diversidade cultural e suas organizações) da comunidade inserida naquele espaço.

2.1. Agroecologia: estratégias para o fomento de agrossistemas sustentáveis

Dentro do modelo modernizante, que foi reforçado pelas estruturas das Revoluções Industriais e seus desdobramentos pós Segunda Guerra Mundial, a sociedade teve seus pilares na exploração do trabalho e dos recursos naturais, os quais combinam, na economia global, tecnologia, combustíveis não renováveis, organização industrial e da divisão da força de trabalho barato e/ou super exploração, para maximizar seus lucros (O'CONNOR, 2003).

No espaço rural esta atuação não foi diferente. Através da agricultura industrial, representada pela Revolução Verde (a partir da segunda metade do século XX), na qual os países desenvolvidos começaram a introduzir tecnologias na produção, com a pretensa proposta de eliminar a fome mundial, com o aumento da produtividade dos cultivos, tal tendência foi expandida para outras partes do globo.

A Revolução Verde trazia no seu conjunto de alternativas um pacote essencialmente industrial, caracterizado pela utilização de agroquímicos, mecanização da produção, a expansão de monocultivos, espécies melhoradas e padrões homogêneos de cultivo. Tal premissa trouxe problemas atrelados às condições ecológicas e das relações sociais nos territórios influenciados tais como aponta ALTIERI (2012):

- A marginalização de grupo de agricultores que não tinham como dispor de recursos financeiros para obter as tecnologias;
- A disseminação do uso de agroquímicos trouxe consequências para a saúde dos produtores e o meio ambiente e, mais

recentemente, o cultivo de espécies geneticamente modificadas mostraram serem em contraditório mais suscetíveis a pragas e a doenças;

- A expansão de monocultivos afetou a biodiversidade local, destruindo ecossistemas;
- Como Bonamigo (2014) *et al.* afirmam, a fragmentação cultural e o enfraquecimento das organizações sociais de várias comunidades, causou muitas vezes a desarticulação do trabalhador do campo com seus territórios devido o interesse de grandes corporações.

Neste contexto a agroecologia propõe uma revisão de valores, sendo que a sua estrutura metodológica vai à direção de aumentar a participação dos agricultores na produção de conhecimentos. As demandas são direcionadas para compor as necessidades locais, respeitando os limites dos biomas e das estruturas sociais. De acordo com Caporal (2009), a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que:

pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para - através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica - reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. (CAPORAL, 2009, p.09)

Para conquistar essas possibilidades a agroecologia tem como a base de interpretação os agrossistemas, que se utiliza das dimensões ambiental, econômica e social para uma melhor compreensão dos territórios. Na dimensão ecológica, o agrossistema é um ecossistema que enfoca um sistema de fluxos de matéria e energia. Segundo Petersen (2013, p.84) “nos quais são promovidos efeitos de sinergia e sincronia entre os componentes e subsistemas, gerando crescentes níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica”. Por meio de interações ecológicas, com o aporte de insumos internos e energia renovável.

Na dimensão socioeconômica, a agroecologia defende uma nova racionalidade produtiva, baseada na influência dos atores sociais envolvidos em suas comunidades rurais, com o fortalecimento das suas dinâmicas culturais e o poder decisório da produção sob seu controle. (FLORIANI & FLORIANI, 2010)

As mudanças propostas pelo contexto agroecológico são construídas em cooperação com os agricultores e de apoio de políticas públicas, num processo de constante aprendizagem dos funcionamentos dos sistemas ecológicos e sociais.

Essa etapa de percepção por parte do produtor rural da sua realidade é de fundamental importância para a superação do modelo vigente, do abandono de práticas degradantes por outras mais sustentáveis. Esse passo pode ser entendido como um processo de transição agroecológica.

Com relação a adesão ao enfoque agroecológico Caporal (2011), afirma não ser suficiente:

[...] pleitear ou defender uma nova “revolução modernizadora”, mas sim uma ação dialética transformadora, como já vem ocorrendo. Este processo, parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica. (CAPORAL, 2011, p.140 e 141)

A agroecologia aparece como possibilidade para a discussão da superação da crise socioambiental, pois, através do seu enfoque científico que fornece uma estrutura metodológica de trabalho para uma compreensão mais profunda da natureza dos agro ecossistemas (são pequenas unidades geográficas, que possuem características próprias: natural, econômica, social e histórica). Eles incentivam os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver um ambiente equilibrado. (ALTIERI, 2001)

O contexto agroecológico agrega participação dos agricultores, através de seus conhecimentos não formais adquiridos na realidade agrícola, ferramenta substancial para em conjunto com o conhecimento científico, possa promover intervenções harmoniosas no ambiente. Toda essa trajetória pode construir inovações técnicas de maior valor agregado, pois sua apropriação será exercida em suas demandas locais e utilizada pela comunidade, derivando sua autonomia e a estruturação de redes de multiatores de âmbito territorial.

Neste sentido, Petersen (2013) afirma que,

[...] Em meio a esses ambientes a capacidade de agência social de agricultores e agricultoras, bem como de suas organizações, é valorizada e desenvolvida, fortalecendo o seu capital social e abrindo espaço para que os arranjos institucionais sejam continuamente aprimorados, o que favorece que a governança local sobre os mercados territoriais seja incrementada e que novas atividades econômicas sejam desenvolvidas. (PETERSEN, 2013, p.94)

A transição agroecológica não se limita a mudanças de um modelo degradante para os moldes da sustentabilidade, mas envolve o protagonismo de atores sociais esquecidos e com fortalecimento das suas dinâmicas locais. Envolvem contextos políticos de maior participação desses agricultores e suas organizações para as necessárias transformações ideológicas e sociopolíticas, como afirma Floriani & Floriani (2010),

[...] na organização social e produtiva dos agricultores ecológicos familiares, em suma, a diversidade cultural das práticas de uso múltiplo dos recursos naturais – são responsáveis pela produção de emergências - reafirmando identidades [...] e enraizando uma racionalidade ambiental em territórios culturais para o desenvolvimento sustentável. (FLORIANI & FLORIANI, 2010, p.20)

Diante do exposto, ressalta-se que o papel das organizações e as relações sociais entre os atores, na produção, na socialização e o uso de conhecimentos e informações podem contribuir para o fortalecimento da cooperação, sendo capaz de gerar o desenvolvimento territorial em localidades rurais. Perceber como o papel do capital social insere-se nesta discussão é fundamental para entender as interações socioculturais de grupos e territórios distintos.

2.2. O Capital Social e ações conjuntas

Possibilitar iniciativas de reunião de pessoas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios permite a construção de condições mais amplas e melhores que somente aquelas onde os indivíduos teriam isoladamente a concretização de seus objetivos e de seus interesses.

A organização social pode se constituir num caminho estratégico mais seguro para as mudanças, pois as dificuldades e os sucessos são compartilhados. Esse mútuo comprometimento reduz o grau de envolvimento individual e distribui responsabilidades com a totalidade das ações da unidade de produção, gerando segurança, pois atribui maior certeza às tomadas de decisões.

Logo, a organização e a mobilização dos atores sociais são fundamentais para a dinâmica de sucesso para qualquer tipo de empreendimento que busca o desenvolvimento local.

O capital social na perspectiva de Bandeira (1999) é importante na implantação de ações coletivas que visam à união dos entes locais para a superação de suas mazelas:

[...] além das iniciativas de tipo tradicional, como a implantação de infraestrutura as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados, devem ser adotadas medidas que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público. (BANDEIRA, 1999, p.21)

Na visão de Putnam (1996), o capital social é caracterizado por características da organização social, regras de reciprocidade, confiança, normas e sistemas participação, que auxiliam as dinâmicas de ações coordenadas. Segundo ABU-EL-HAJ (1999, p.69), abordando Putnam, “A hipótese principal de Putnam vincula proporcionalmente o nível de engajamento cívico à natureza do associativismo. O associativismo horizontal fruto de confiança, de normas e de redes de solidariedade produziram relações cívicas virtuosas. [...]”. Logo, observa-se que as sociedades que possuem uma maior intensidade de envolvimento dos seus cidadãos podem influenciar movimentos direcionados ao desenvolvimento local.

Para alcançar tais premissas é necessária a ação dos indivíduos para que trabalhem na busca da unidade de um objetivo comum, em parceria com instituições públicas, que podem intensificar a mobilização e atuação coletiva. Na atuação de um Estado renovador e transparente pode-se facilitar a confiança mútua no sistema e nos diversos atores sociais (ABU-EL-HAJ, 1999).

Neste sentido, a intensificação da ação coletiva propicia que as pessoas que estão envolvidas em suas demandas locais possam trazer um maior nível de discussão e principalmente se sentirem envolvidas na construção de soluções. Toda essa perspectiva passa pelo processo de empoderamento¹ dos indivíduos e de suas organizações.

Na visão de Romano (2002) é um ato de ter os sujeitos no centro das decisões, no aspecto que eles têm o controle da tomada de resoluções das suas

¹ Paulo Freire traz a premissa do conceito empoderamento na sua obra Pedagogia do Oprimido quando coloca a perspectiva da libertação dos oprimidos vem relacionado à percepção de suas condições de vida e da superação de suas mazelas pela organização social: “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam, a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que está não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a série empenho de reflexão, para que seja práxis”. (FREIRE, 1987, p.29)

comunidades e de suas vidas, no contexto de protagonismo social, colocando os grupos e o poder nos andamentos do desenvolvimento.

Para Baquero (2012, p.179) o empoderamento “envolve tornar os outros capazes ou auxiliar os outros a desenvolver habilidades para que possam obter poder por seus próprios esforços”. Conforme Horochovski e Meirelles (2007), sendo um “processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitem ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, *apud*, BAQUERO, 2012, p.176)

O envolvimento das pessoas e suas organizações passa pelo contexto de perceber a sua realidade, buscando transformações mais amplas da sociedade. A tomada de percepção da sua realidade e do seu entorno consiste em formas de superação através da análise das contradições na sociedade moderna.

Baquero (2012), através do prisma de Paulo Freire, coloca que o empoderamento passa por uma educação dialética, o homem tendo uma reflexão da sua realidade e encontrando respostas pelo envolvimento do grupo,

Nessa perspectiva, o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. (BAQUERO, 2012, p. 181)

A transformação ocorrida pelo aspecto da interação entre os indivíduos torna aquela localidade mais envolvida na busca de soluções para as adversidades ocorridas naquele espaço. Logo, a formação do capital social pode gerar uma cultura de práticas solidárias e recíprocas.

A possibilidade de envolvimento cria atos diferenciados em relação ao território inserido, gerando novos comportamentos entre os diversos atores sociais envolvidos. A própria criação de redes de cooperação entre organizações locais, para os mais diversos fins, pode ser uma amostra de sociabilidade, que gera efeitos positivos na busca de qualidade de vida da sociedade.

Devido a todo um processo de desigualdades e de uma cultura individualista que são marcas da sociedade atual. É necessário avaliar como é formado o grau de envolvimento, de confiança e de predisposição das pessoas para colaborar/participar de ações conjuntas em suas diferentes dimensões (política, ambiental, cultural, econômica) de uma comunidade.

2.3. Desenvolvimento Endógeno

As iniciativas que colaboram com a formação de organizações sociais estimulam as participações da comunidade e podem se tornar ações que venham a fortalecer processos de desenvolvimento endógeno tornando os agricultores protagonistas da sua história.

Para alcançar esse procedimento, da atuação das organizações sociais que utilizam modelos alternativos ao paradigma vigente como forma de saída à crise, é necessário verificar como essas estruturas têm suas relações frente ao desafio da globalização e de suas práticas dominantes.

O desenvolvimento de um grupo está associado à dinâmica do potencial territorial, na busca de alternativas de mercados locais e na sua organização social. Como aborda Buarque (1999): O desenvolvimento local “ é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população”. (BUARQUE, 1999 *apud* BOISIER, 2001, p.09)

Portanto, possibilitar iniciativas de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios, permite a construção de condições mais amplas e melhores que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses. Logo, a organização e a mobilização dos atores sociais são fundamentais para a dinâmica de sucesso para qualquer tipo de empreendimento que busca o desenvolvimento local.

No contexto de Bandeira (1999), é importante na implantação de ações coletivas que visam à união dos entes locais para a superação de suas mazelas:

[...] além das iniciativas de tipo tradicional, como a implantação de infraestrutura as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados, devem ser adotadas medidas que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público (BANDEIRA, 1999, p.21)

Diante de uma organização social que busca lidar com as forças produtivas identificadas para o local, a qual reforça os laços dos atores sociais de um determinado território, valorizando/reforçando os pequenos empreendimentos

dentro de uma dinâmica de mercado e a partir da confiabilidade. Os agentes compartilham do mesmo espaço, conhecem-se as construções de troca de informações, redes de trocas, o que se torna uma importante estratégia de desenvolvimento local.

Com este propósito, observa-se que:

Nessas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído podendo ou não constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente. Esse conhecimento coletivo não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento. (ALBAGLI e MACIEL, 2004, p.11)

Com a interação entre conceito de redes e as estratégias de ação conjunta, há possibilidades de se intensificar as potencialidades de um determinado território. O fortalecimento da ideia de enraizamento (*embeddedness*), o qual sugere que os atores envolvidos nas dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento local, são capazes de construir formas mais racionais e sustentáveis da utilização do mercado. As estruturas sociais que os envolvem geram laços de cooperação mais intensos e que podem ser visualizados nas interações das suas relações.

Nesta direção Albagli e Maciel (2004), afirma que:

Contrariamente à visão da economia neoclássica, que supõe uma racionalidade estritamente econômica e individual, entendem-se, dessa perspectiva, que os atores econômicos não são átomos isolados, mas encontram-se imersos (*embedded*) em relações e estruturas sociais. (ALBAGLI e MACIEL, 2004, p.12)

As construções sociais para a formação do mercado que vise o desenvolvimento local de um território vem da reestruturação da confiança entre seus membros, da valorização do que é produzido pela sua região e a da própria abertura para novas potencialidades econômicas, a partir do redescobrimto.

Sendo esta a nova tendência, o cuidado com as pessoas e o ambiente onde vivem insere uma possibilidade de ação coletiva na ação de desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento humano passa pelo processo de ampliar as opções das pessoas, afirmando/valorizando a coesão social e o direito de afirmar suas tradições e a sua própria cultura (BOISIER, 2001).

Com estas premissas, tornar-se importante a criação de instrumentos que possibilitem uma maior participação da sociedade e, nesse sentido, promovam ações que possam promover o desenvolvimento local. A possibilidade da

participação da sociedade, servindo como potencializador do capital social. Sendo que as alternativas para a resolução dos problemas surgem a partir da população que os vivencia e não aos interesses econômicos e políticos de determinados grupos.

Na configuração da maior participação dos agentes locais na tarefa de construir atividades que impulsionem o desenvolvimento em suas localidades, são necessárias ações que vislumbrem um envolvimento real nas atividades entre os atores, como também articulações da organização territorial que possam incentivar o fomento local por meio de políticas públicas.

Como aponta Perez e Chiquito (2012):

[...] novo requisito exige a reflexão de novas concepções do desenvolvimento, como a sustentabilidade ambiental do crescimento, o ordenamento territorial e a melhoria efetiva das condições de vida da população. A necessidade de aproximação destes dois componentes vem resultando em políticas que procuram redesenhar a relação entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e os contextos locais e regionais, e conformando organizações intermediárias, entre a escala municipal e estadual e entre a escala estadual e nacional, com a atribuição de corporificar a construção de planos e projetos conjuntos ao alcance da participação real dos grupos sociais neles interessados. (PEREZ e CHIQUITO, 2012, p.72)

Antes de tudo é importante perceber as características que envolvam determinado território e os atores sociais envolvidos na construção cotidiana de suas estruturas. Mobilizar as estruturas endógenas, sendo interessante avaliar a formação do local, a dinâmica cultural, setores econômicos, níveis de integração e cooperação entre os vários indivíduos.

Marini *et al.* (2012) aponta que o desenvolvimento endógeno está muito além da base física, mas como os atores sociais estão articulados num determinado território. Portanto, o envolvimento social, a articulação dos potenciais de um dado território deve ser relevada, ou seja, é necessário conhecer a realidade de um espaço geográfico para caracterizar as suas territorialidades e motivações visando uma possível melhora do padrão de qualidade de vida.

Segundo a perspectiva de Cornwall (2002), a participação política e democracia se complementam onde há cidadãos mais participativos. Participar se tornou mais do que um “convite” a participar, mas é estendido para formas autônomas de ação nas quais as pessoas criam suas próprias oportunidades e termos de engajamento. Isso não só constrói degraus para a participação social, mas oferece novas maneiras de configurar espaço.

O envolvimento associativo entre grupos que formam um território deve levar em consideração sua formação socioespacial, e os pontos que estruturam aquele local. Identificando seus pontos fracos e fortes para tornar evidentes as suas representações e representantes locais, para que ações de interação para práticas do desenvolvimento local possam se desenvolver, pois, conforme Kiyota (2014):

[...] pode-se afirmar que a trajetória associativa, do município ou território, interfere no processo de representação dos agricultores, pois a existência de um tecido associativo denso e enraizado num local, significa representantes com maior capacidade de intervenção nas deliberações do espaço de participação e, também, uma maior possibilidade de ocorrer um processo de responsabilização social. (KIYOTA, 2014, p. 124)

Outro fator para desencadear a falta do envolvimento, que pode dificultar o processo de organização territorial, são elementos relacionados à dinâmica de atração das pessoas para espaços de participação. Quando esses espaços participativos não conseguem dar lacunas para que todas as partes se sintam representadas e ouvidas há implicações no processo como um todo.

Na análise de Cornwall (2002), avaliar o potencial de novos espaços de participação cidadã requer observar o sentido das dinâmicas de participação dentro desses espaços. Para fazê-lo, esse espaço precisa estar localizado em um terreno mais amplo, tanto no que diz respeito ao seu passado histórico como nas mudanças mais amplas na participação e no discurso do desenvolvimento. Espaços para a participação do público se tornam locais para a participação cidadã apenas quando os cidadãos ganham oportunidades significativas para o exercício de envolvimento e responsabilidades.

Nesse sentido as comunidades que em suas formas de organização sociais conseguem envolver o maior número de integrantes, fortalecendo suas relações sociais para pensar e agir nas possibilidades do seu desenvolvimento endógeno, contribuindo com a construção de empreendimentos econômicos, mas principalmente com a valorização de suas identidades locais.

2.4. Análise de Redes Sociais (ARS)

As interações de atores sociais de um determinado espaço são fundamentais para as formas de reciprocidade, que podem influenciar na dinâmica

de desenvolvimento local. A intensidade de laços sociais pode promover a troca de energias naquele ponto favorecendo as suas estruturas sociais.

Nessa premissa a construção socioespacial, constituída por suas relações sociais, pode indicar formatos do território e fortalecer suas redes, como apontam Radomsky e Schneider (2007).

Portanto, nas transformações sociais e históricas, há a continuidade de certas características coletivas, atributos de uma formação regional. No exemplo dos autores, na passagem de uma sociedade agrícola para uma industrializada, permanecem sinais de continuidade histórica, como a manutenção das relações de reciprocidade. A maneira como as empresas se vinculam, as formas de reciprocidade nas relações, o papel da família e das instituições políticas aparecem no trabalho dos autores como elementos culturais de expressiva capacidade para estruturar as relações econômicas numa região. [...]. (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 262)

A formação local e as reciprocidades são atos que constroem as redes dentro de um território, através dos seus diversos laços (familiares, amizade, conhecidos), códigos e símbolos que materializam suas trocas e interligações na constituição da ideia do enraizamento (GRANOVETTER, 1973).

É nesse sentido que a noção de rede se torna um importante referencial a partir da qual se podem analisar as relações sociais e econômicas num dado contexto. Conhecer os sujeitos que formam a rede vem no sentido de como essas relações sociais são constituídas de atitudes recíprocas – de coesão social (GRANOVETTER, 1973).

Como uma ferramenta analítica mais nítida, a análise da rede de relações sociais que compõem uma comunidade é um dos aspectos para deslumbrar estruturas que podem facilitar ou não organização naquele espaço. Perceber essas questões vem na importância de como algumas comunidades se organizam para atingirem objetivos comuns de forma fácil e eficaz, enquanto outras parecem incapazes de mobilizar recursos, mesmo para superar situações difíceis.

Neste sentido,

A análise de redes não constitui um fim em si mesma. Ela é o meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar em que a forma da rede é explicativa dos fenômenos analisados. O objetivo é demonstrar que a análise de uma díade (interação entre duas pessoas) só tem sentido em relação ao conjunto das outras díades da rede, porque a sua posição estrutural tem necessariamente um efeito sobre a sua forma, seu conteúdo e sua função. Portanto, a função de uma relação depende da posição estrutural dos elos, e o mesmo ocorre com o *status* e o papel de um ator. [...] (MARTELETO, 2001, p.72)

Decifrar as informações contidas na análise de redes sociais é entender como funcionam as relações de poder que estão inseridas entre os

membros e suas organizações, na procura de contextos que ajudem entender como esses elos interferem no processo de organização social.

Segundo Wasserman e Faust (1994), a Análise de Redes Sociais (ARS) utiliza métodos matemáticos e conceitos da teoria dos grafos, ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. A aplicação depende de número de arestas que podem ser interligadas, conforme um peso (numérico) associado e relacionado a sua concentração no número de grafos que um ente analisado possui o que pode definir a maior de densidade da rede, nível de reciprocidade e a centralidade dos nós.

As redes sociais são relações entre atores sociais que podem ser expressas na dinâmica que envolve a construção de um território ou padrão organizacional de diversos grupos, reconhecidas e dimensionadas podem contribuir para o melhor entendimento de uma dada realidade. Uma forte contribuição a Análise de Redes Sociais foi a Sociometria, uma ferramenta analítica para estudo de interações entre grupos. Foi desenvolvida pelo psicoterapeuta Jacob Levy Moreno nos seus estudos sobre a relação entre estruturas sociais e bem-estar psicológico, como aborda Silva (2013):

O objetivo que foi preconizado por Moreno assentava no estudo da influência que a estrutura de relações tinha na saúde mental e a articulação dos pequenos grupos que envolvem os indivíduos nos agregados familiares mais amplos, como por exemplo o Mercado e o Estado. Para operacionalizar este trabalho, Moreno desenvolveu as técnicas quantitativas de recolhimento de dados relacionais (questionários em que se solicitava a eleição de outros membros do grupo em função de diferentes critérios) procedendo a sua apresentação gráfica através do recurso dos sociogramas. (SILVA, et al, 2013, p.95)

Para uma melhor compreensão da análise das redes sociais, existem diversas ferramentas (programas de computador) que contribuem com esta perspectiva, no trabalho foi utilizado o software UCINET. Que foi desenvolvido por um grupo de especialistas em análise de redes sociais da Universidade da Califórnia Irvine (UCI), com a participação de Steve Borgatti, Martin Everett e Lin Free.

O programa é distribuído pela empresa Analytic Technologies, no pacote são disponibilizadas ferramentas para tratamento e análise de dados sobre redes sociais, incluindo diversos cálculos sóciométricos e representação automática dos sociogramas a partir da ferramenta NetDraw.

2.5 Metodologia de Diagnóstico – SWOT e Diagnóstico Rápido Participativo - DRP

Para avaliar o ambiente externo e interno que envolve o grupo e suas perspectivas, foi realizado um diagnóstico da organização social e seus membros, o que possibilita identificar possibilidades de superação de suas demandas. Para isso o trabalho optou pela Metodologia de Diagnóstico – SWOT, que se constitui de um instrumento de análise que pretende entender cenários organizacionais. A sigla SWOT representa o acrônimo em inglês das palavras: forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*).

Segundo Cordioli (2001) o método SWOT:

[...]é uma abreviatura de quatro focos de análise, considerando os pontos fortes (objetivos alcançados, benefícios, satisfação); pontos fracos (dificuldades, fracassos, descontentamento); oportunidades (capacidades e exploração, ideias de melhoramento) e ameaças (contexto adverso, oposição, resistências contra mudanças). (CORDIOLLI, 2001, p. 05, apud MATTOS *et al*, 2011, p.23)

O processo consiste na ampla participação dos integrantes de um determinado grupo ou comunidade, que através de uma reunião buscam realizar uma auto-análise dos processos que os envolvem mediados por um agente externo. Com apresentação do problema registram-se todas as ideias que surgirem no grupo, independentemente de sua lógica ou pertinência, que representem o mais fielmente possível a opinião dos participantes. A etapa seguinte consiste em identificar as forças e fraquezas e confrontá-las com as oportunidades e ameaças, possibilitando, assim, a escolhas das estratégias.

Para Schlemper (2013)

O objetivo desta metodologia é diagnosticar internamente o setor, através da identificação de pontos fortes e pontos fracos, para, a partir disto, traçar estratégias que maximizem os pontos fortes e minimizem os pontos fracos. Em relação ao ambiente externo, identificam-se, oportunidades para o setor, como também, possíveis ameaças, para então, traçar estratégias que permitam proteger-se perante as ameaças e usufruir das oportunidades. (SCHLEMPER, 2013, p.26)

A definição de como usufruir o potencial do grupo vai ao encontro da escolha da estratégia mais adequada para a superação de dificuldades percebidas durante o processo de análise. A escolha das estratégias mais adequadas e

pertinentes passa necessariamente pelo processo de seleção tanto de como será realizada quanto de quando tal ação será aplicada.

Para contribuir com a metodologia SWOT foi trabalhado em conjunto o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, que consiste na busca de questões que o grupo enfrenta e possíveis intervenções que podem ser executadas através da participação dos integrantes do grupo. Sendo um instrumento construído de forma interativa e dialógica, dentro da sua realidade, busca compartilhar os conhecimentos do tema a ser trabalhado.

Os procedimentos utilizados na DRP têm como objetivo a obtenção de indicadores qualitativos mediante a priorização dos principais problemas e alternativas de solução junto aos integrantes, que poderão assim ter um maior consciência e controle sobre suas atividades decididas de maneira coletiva.

Conforme Verdejo (2006):

[...] um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. (VERDEJO, 2006, p.6, apud, MATTOS et al, 2011, p.25)

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A decisão para a tomada desta temática está atribuída pelo envolvimento com a relação de outros trabalhos e pesquisas vinculados a grupos sociais e movimentos agroecológicos na cidade de Chapecó. Além disto, está a intenção de perceber na realidade como a participação de indivíduos inseridos em organizações sociais, num determinado território e agregado com a agroecologia, pode ser uma possibilidade para alcançar um desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa tem um cunho qualitativo, pois visa o entendimento de fenômenos sociais da realidade, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outras construções de relações, visando compreender, classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo no processo de mudança de determinado grupo. (RICHARDSON, 2008)

Os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas qualitativas de análise de campo visam explorar técnicas que possam construir instrumentos que interpretar a realidade e a sua complexidade. No trabalho foi adotado o estudo de caso, que segundo Yin (2005): “[...] é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”. (YIN, 2005, p.32 *apud* GIL, 2010, p.58)

3.1. Delimitação da área de estudo e população

Para tal análise foi utilizado como sujeitos da pesquisa, o grupo agroecológico Herança Viva, durante os anos de 2014 e 2015, que se localiza no município de Chapecó (Figura 1), que pertence à região oeste do Estado de Santa Catarina. Segundo o censo de 2010 o município conta com uma população residente de 183.530 pessoas, sendo que 8,4% reside na área rural, está é caracterizada como o centro dinâmico da economia da região, principalmente vinculado ao desenvolvimento das agroindústrias catarinenses.

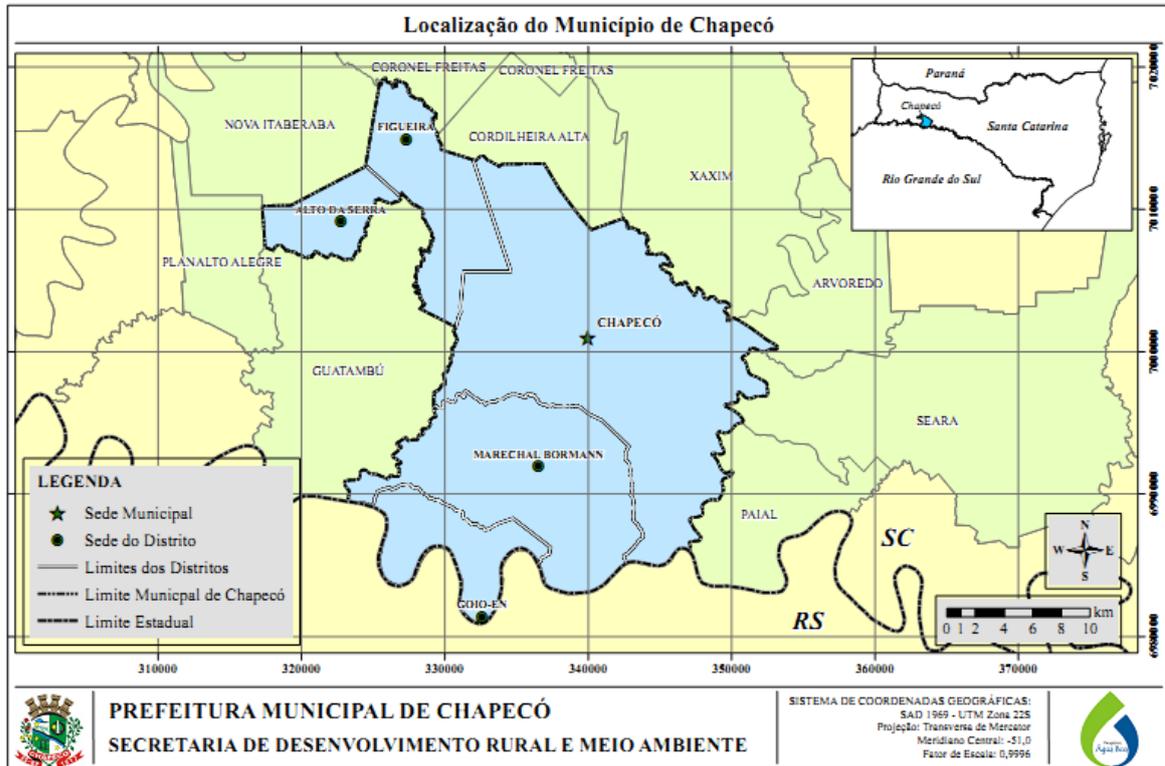


Figura 1: Localização do Município de Chapecó, SC
 Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó

A região oeste de Santa Catarina tem sua colonização caracterizada pelo modelo mini fundiário de estrutura agrária, principalmente atrelada ao cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e à criação de animais (suínos e aves). A existência dessa estrutura agrária vai dar base para o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses (década de 1960), que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial. (ALVES; MATTEI, 2006).

O entendimento do tipo de produção agrícola que se estabeleceu na região vai dar condições para que as agroindústrias utilizem dessa mão de obra familiar e da pequena propriedade rural para estruturar seu crescimento econômico. A produção é resultado da predominância familiar enquanto unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho. Embora o processo de produção seja familiar, o produto não é meramente para a subsistência e sim para o mercado (TESTA, 1996).

A justificativa pela escolha do grupo está associada ao perfil caracterizado pelo seu vínculo com a agroecologia, da utilização de canais curtos de comercialização, principalmente a feira livre. Outra característica é forma de sua

organização, uma associação vinculada a Rede APACO² (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), que usa a certificação participativa³, frente aos aspectos do modelo agroindustrial que estruturam o município de Chapecó.

O grupo agroecológico Herança Viva tem sua formação no início dos anos 2000. Atualmente é constituído por 12 produtores rurais, vinculados à produção hortigranjeira, sendo formado por produtores que possuem certificação orgânica e que estão no processo de transição agroecológica. Os membros do grupo estão distribuídos pelas comunidades (Anexo A): Colônia Bacia, Linha Alto Capinzal, Colônia Cella, Rodeio Bonito, Linha Simonetto, Água Amarela (Assentamento Dom José Gomes), Linha Cachoeira, Linha Henrique, Linha São Pedro e Faxinal dos Rosas. O nome do grupo remete à cultura da forma de produção que foi deixada pelos seus antepassados e que os produtores atuais tendem a manter através de suas práticas agroecológicas .

3.1.1. Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Para obtenção de informações úteis a compreensão de uma dada realidade, é imprescindível para qualquer processo de pesquisa científica conjugar técnicas de coleta de dados e um método de observação para estudar o comportamento e relações do grupo observado.

O primeiro momento da elaboração deste trabalho teve um caráter bibliográfico, trazendo a perspectiva de diversos autores que discutem a relação entre a sociedade e a natureza. Apoiando-se na agroecologia como possibilidade de

² A Rede Ecovida surgiu no final dos anos 1990 devido às pressões mercadológicas pela regulamentação e especialmente da certificação de alimentos livres de agrotóxicos e outros componentes químicos de alta solubilidade (ROVER, 2011).

³Para Radomsky (2013) o processo de certificação participativa é compreendido em distintas fases: “ [...] A família que deseja “se converter” começa a compartilhar das reuniões do grupo local e permanece um ou dois anos no processo de transição. Neste período, deve seguir as normas da Ecovida. A própria família faz um mapa da propriedade e preenche um cadastro descrevendo-a com detalhes. Então, um agrônomo da prefeitura ou do serviço de extensão deve acompanhar a propriedade periodicamente fazendo visitas e depois elaborar um laudo. Logo após, o coordenador local encaminha à comissão de ética para esta realizar visita na propriedade. Feita a visita, a avaliação é encaminhada para a coordenação regional. Caso não haja problemas, a instância fornece o aval e a família pode obter o selo.” (RADOMSKY, 2013, p.303)

alternativa para a crise ambiental, as premissas do capital e da participação social para um melhor entendimento do grupo pesquisado.

O fato de reunir um conjunto de estudiosos sobre uma determinada temática favorece uma maior discussão sobre o tema pesquisado valorizando pontes teóricas entre os autores o que torna possível criar novas formas de percepção da realidade. Gil (2002, p.45) aponta que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muitos mais amplos de que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Pensar formas e alternativas que possibilitem novos arranjos da relação homem e natureza é necessário para ver como estão estruturadas suas organizações sociais, também como os indivíduos estão inseridos no território e suas estratégias para a superação de suas demandas.

No contexto que se inserem novos formatos da construção de meios vêm o contexto teórico da agroecologia e do capital social e suas dimensões. Eles pretendem compreender as ferramentas epistemológicas que envolvem a maior interação com ambiente (natural, social, cultural, político e econômico) no qual estão inseridos além da participação e organização dos atores sociais nas construções de seus territórios.

Para alcançar essa perspectiva foi utilizada a pesquisa-ação. O pesquisador, utilizando a observação participante, interfere no objeto de estudo de forma cooperativa com os participantes da ação para resolver um problema e contribuir para a base do conhecimento.

Conforme aborda Schimanski (2009):

Diferentemente de outros tipos de pesquisa, a metodologia da pesquisa-ação provê uma base teórico-metodológica que produz vida e voz a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos. Neste sentido, os participantes tornam-se sujeitos de uma relação que busca a articulação direta entre a teoria e a prática, pois os participantes são, ao mesmo tempo, “os teóricos” e os “práticos” da pesquisa. O caráter inusitado da pesquisa-ação provê, também, que os participantes sejam, ao mesmo tempo, “os sujeitos” e os “pesquisadores” da pesquisa em uma relação dialética que compreende o agir e o refletir deles em uma perspectiva transformadora da própria realidade social na qual estão inseridos. (SCHIMANSKI, 2009, p.93)

A participação em seus encontros, distinguindo como uma observação participante, como coloca Gil (2010, p.103), que “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”.



Figura 2: Reunião do Grupo em propriedade rural.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Para ampliar o papel dentro da organização no ano de 2015, e possuir uma maior liberdade na busca de dados (reuniões do grupo, como também visitas as suas propriedades). O pesquisador, convidado pelo grupo, começou a fazer parte do seu conselho de ética, órgão que conta com a presença de um agricultor membro do Grupo Herança Viva, um técnico e um representante dos consumidores (papel exercido pelo pesquisador). No qual este conselho analisa as propriedades interessadas para obtenção da certificação participativa.

Como coloca Richardson (2008):

A grande vantagem da observação participante diz respeito à sua própria natureza, isto é, ao fato de o pesquisador tornar-se membro do grupo sob observação. Isso significa que as atividades do grupo serão desempenhadas naturalmente porque seus membros não apresentarão inibições diante do observador, nem tentarão influenciá-lo com procedimentos que fujam ao seu comportamento normal, já que deve apresentar um nível elevado de integração grupal pelo fato de os membros esquecerem ou ignorarem que há um “estranho” entre eles. (RICHARDSON, 2008, p.262)

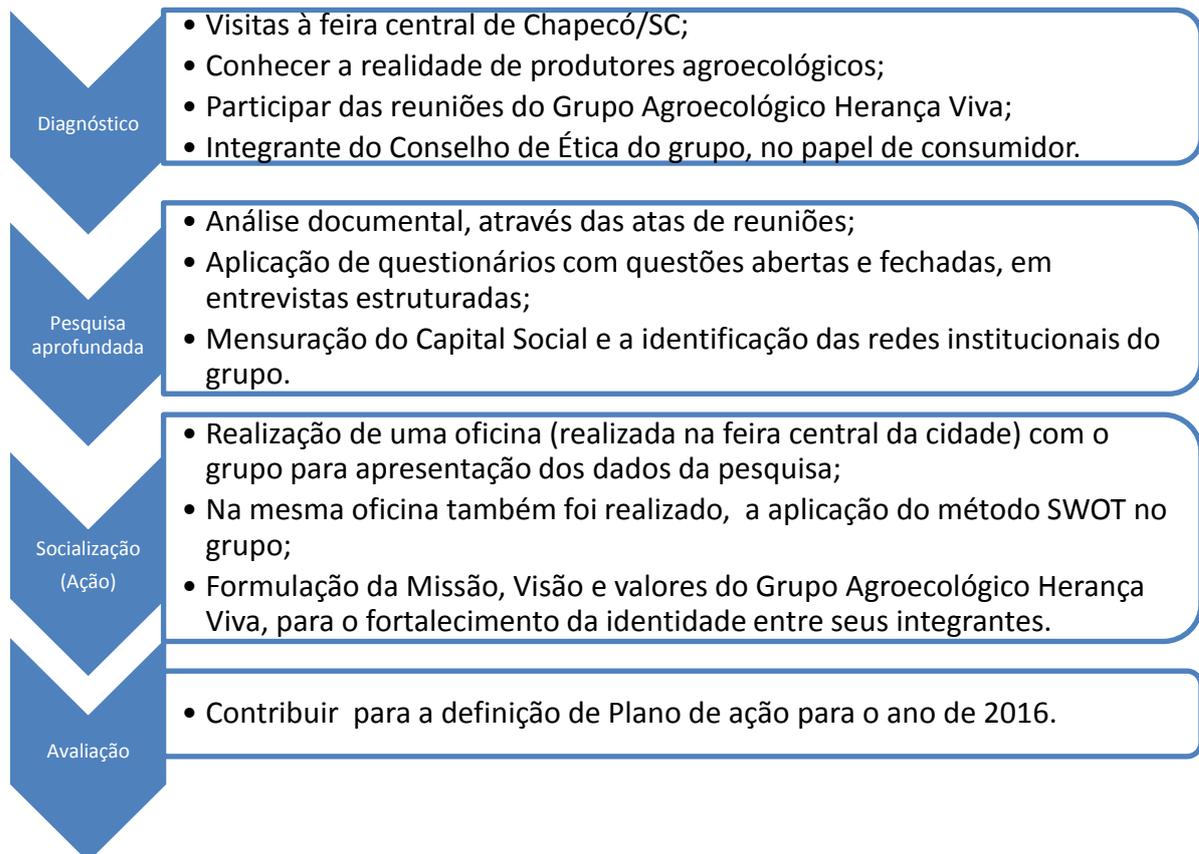
Todo o processo que envolve a pesquisa-ação para a obtenção de informações passa necessariamente por algumas etapas sempre desenvolvidas no conjunto do grupo, na interação entre o pesquisador e os investigados, na busca de uma transformação social e multilateral. Para melhor demonstrar esses passos foram seguidas, na pesquisa, as fases propostas: 1. Diagnóstico; 2. Pesquisa aprofundada; 3. Ação; 4. Avaliação. Sendo detalhadas por Vasconcelos (2006):

Na fase de “diagnóstico”, o que se pretende é detectar os problemas concretos da realidade social em que estão inseridos os participantes da pesquisa, dentro de um contexto espaço-temporal específico. Ainda nessa fase, procurar-se-ão definir quem serão os atores da investigação e esboçar tipos de ações possíveis. Na fase de “pesquisa aprofundada”, a situação é investigada através de diversos instrumentos de coleta de dados – entrevistas, observação e análise de documentos, entre outros. Na fase que

denomina “ação”, o intuito é divulgar os resultados alcançados até o momento e definir ações concretas conjuntas e seus objetivos, visando solucionar os problemas levantados. Na fase de “avaliação”, o que se deve buscar é um redirecionamento das ações e resgatar o conhecimento produzido durante o processo.(VASCONCELOS, 2006, p.236)

Todas as fases, etapas e atividades formam a estrutura da pesquisa.

As fases desenvolvidas são apresentadas no Quadro 1.



Quadro 1: Etapas da pesquisa-ação

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A obtenção dos dados aconteceu não só durante envolvimento nos processos organizacionais do grupo, mas também realizadas de maneira informal, almoços ou nas suas atividades recreativas. Para contribuir com o processo de análise foi utilizada como fonte documental secundária a ata de reuniões. A escolha é explicada pelo fato que esse documento representa os registros históricos do grupo, a evolução dele e, a partir das suas descrições, se demonstra os enunciados desenvolvidos no corpo desses textos, que trazem as particularidades da arena social do grupo, refletida em orações e palavras.

Outro procedimento foi a aplicação de questionários (Apêndice A) com questões abertas e fechadas, caracterizando entrevistas estruturadas. Tal

instrumento foi aplicado para 11 integrantes do grupo, já que o décimo segundo produtor rural voltou a ter uma maior participação das reuniões do grupo somente no mês de novembro de 2015, não estando presente na maior parte do ano. Optou-se por excluí-lo da amostra devido sua baixa intensidade de relações com os outros integrantes. Tais informações foram utilizadas para obter a análise das redes sociais, que é também um conceito importante dentro da pesquisa, sendo vistos os níveis de relacionamento e cooperação do grupo agroecológico Herança Viva.

Durante o processo de análise do grupo foi realizada uma oficina que teve como norteamento da sua estrutura o Diagnóstico Rápido Participativo. Trata-se de um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar seu planejamento e desenvolvimento. Nesta ação foram demonstrados e debatidos os resultados dos questionários aplicados entre os produtores.

A atividade também foi utilizada para a realização da identificação entre os integrantes de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no grupo (podendo perceber o âmbito externo e interno que os envolvem). A construção da missão, visão, valores e um plano de ação do grupo, sendo um momento importante de envolvimento dos participantes, pois, puderam entender relações que constituem sua organização e movimentos para a sua sustentação (Schimanski, 2009).

3.2. Métodos para Análises dos dados

Para chegar a possibilidade de ações que tragam um novo modelo é necessário entender os alicerces que alavancaram a ciência na sociedade atual, para que assim alternativas possam ser levantadas para uma compressão da realidade.

Como traz Minayo (1994):

Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério da verdade. No entanto, continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções. (MINAYO, 1994, p.10)

A construção do conhecimento passa necessariamente pelas várias pesquisas, que fazem suas análises de estudo da realidade observada. O grande contexto é compreender como essas análises são percebidas, quais são as perguntas e respostas devemos fazer para entender o grupo pesquisado.

3.2.1. Análise de Redes Sociais do Grupo Agroecológico Herança Viva

No caso da presente pesquisa, para poder analisar o nível de reciprocidade (a sinergia entre os membros) e a centralidade (o membro que possui maior contexto de liderança). Foi realizado junto aos produtores rurais um questionário (como mencionado anteriormente), para assim ter melhor forma de identificar e mensurar relações da rede social.

Para atingir o objetivo proposto foi utilizado o software de análise de redes UCINET 6, por meio do qual foram calcularam medidas que deram associadas a conceituação desenvolvida ao longo da pesquisa, colaboraram para um entendimento mais próximo da realidade do grupo. Neste sentido, foi relacionado a quantidade de relações entre os atores, podendo perceber a dinâmica de interações do grupo maior e das interações de pequenos grupos, como seus elos principais, compreendendo os papéis desempenhados por cada ator.

O processo de análise de redes sociais, não foi aplicado somente nas relações entre os componentes do grupo, mas também (através do questionário) foi visto a rede de instituições que envolvem o Herança Viva.

Para identificação das instituições, no questionário e no Diagnóstico Rápido Participativo, foi perguntado aos membros do grupo, as entidades que influenciam no contexto: técnico, econômico e gerenciamento da propriedade, ou seja, no cotidiano dos produtores. Na respostas dadas pelos agricultores, foi utilizada a escala de Likert, sendo atribuídas cinco notas de 1 (sendo a pior avaliação) até 5 (sendo a melhor avaliação), para avaliar a relação entre os membros do grupo e essas entidades.

A escala Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação.

Na pesquisa a nota 5 era considerada excelente, 4 correspondia a bom, 3 igual a regular, 2 atribuição é ruim e 1 classificado como péssimo.

3.2.2. Diagnóstico – SWOT/DRP

No período entre os dias 25 de novembro e 9 de dezembro de 2015, na feira central de Chapecó, o Grupo Agroecológico Herança Viva foi reunido para perceber suas particularidades, através de dinâmicas e técnicas que envolveram o seguinte programa:

- Interpretação do cenário agroalimentar atual;
- O papel da agroecologia e das ações conjuntas para a sustentabilidade do grupo;
- A diferença entre canais curtos e longos;
- Avaliação da identidade e histórico do grupo;
- Definição da localização das propriedades no município;
- Análise do ambiente interno (pontos fortes e fracos) e externo (ameaças e oportunidades);
- Identificação da Missão, Visão e Valores do Grupo Agroecológico Herança Viva;
- Priorização de problemas que a instituição deve enfrentar, a partir da indicação dos produtores;
- Elaboração de um plano de ação para o ano 2016.

No contexto de oficina, os integrantes do Grupo Agroecológico Herança Viva, foram submetidos a dinâmicas que os envolveram para refletir sobre o agrupamento social e a sua importância sobre a atividade que desenvolvem.

Os agricultores e seus familiares participaram da atividade, que no primeiro momento através de ações lúdicas (desenhos da localização da sua propriedade e de outros produtores) e reflexivas (relembrar a história de formação do grupo). Foi estabelecido elementos para analisar os contextos que envolvem o ambiente externo e interno do grupo (SWOT e DRP) e identificando seus pontos positivos e negativos da sua atuação.

Tal momento contribuiu para o segundo momento da atividade, que foi a construção por parte dos agricultores familiares, dos princípios norteadores do grupo (Missão, Visão, Lema). Desta forma, passou-se para a última parte da oficina, que foi a formulação dos planos de ação e do próprio acompanhamento de resultados para corrigi-los ou aprimorá-los.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Contextualização do cenário do Grupo Agroecológico Herança Viva

A escolha do grupo Agroecológico Herança Viva vem no sentido de entender como se comportam os grupos que trabalham de formas alternativas com o mercado assim como a sua própria relação, para manter suas convicções frente a toda dinâmica de uma sociedade que prioriza o indivíduo e não coletivo. Na perspectiva de entender suas ações conjuntas e como a interação nas suas estruturas internas de decisão e de cooperação contribui ou criam barreiras para atos presentes e futuros.

A origem do grupo está relacionado ao contexto político por que passava o município de Chapecó-SC à época. A cidade era governada por uma administração popular (final da década de 1990 e início dos anos 2000) a qual incentivou o fortalecimento das feiras-livres da cidade e, também, por incentivar as primeiras ações de produção orgânica no município⁴.

As primeiras atividades do grupo, que estão registradas em ata de reunião (ano de 2002), relatam visitas do grupo à produtores rurais do município de Chapecó que já realizavam algumas práticas agroecológicas. As visitas eram acompanhadas por membros da prefeitura municipal, por professores de universidades da região e pesquisadores da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - órgão oficial de extensão rural e pesquisa agropecuária do Estado). No contexto de auxiliar possíveis dúvidas e mobilizar os agricultores na atividade de produção rural sustentável.

⁴Radomsky *et al* (2014) coloca que mais detalhadamente sobre a particularidade do processo social em Chapecó, pode-se afirmar que, entre 1998 e 1999, a prefeitura de Chapecó reforma as feiras livres, existentes desde o fim dos anos 1980. A ideia inicial, conduzida por agricultores interessados em transformar processos produtivos, mediadores, professores e técnicos do Estado, era de que todos os feirantes se convertessem para um sistema de produção agroecológica; no entanto, muitos não fizeram (alguns iniciaram e não conseguiram ou não quiseram completar a transição). O poder público, preocupado em não destituir o novo formato das feiras (que passaram a contar com novas estruturas e espaços na cidade) acabou aceitando agricultores convencionais e ecológicos, dando o nome de *Feira de produtos coloniais e agroecológicos* que ainda hoje acontece em dez pontos do município. (RADOWSKY, et al, 2014, p.55)

Também eram expostas dificuldades enfrentadas tanto pelos os agricultores como pela prefeitura, no sentido de enfrentar limitações na proteção e do manejo ambiental, na perspectiva de alcançar um equilíbrio dos recursos ambientais e da falta de assistência técnica, para obter uma propriedade agroecológica.

Isso pode ser observada neste trecho da Ata do Grupo Herança Viva, do dia 17 de dezembro de 2003, realizada na Secretaria de Agricultura, onde estava sendo discutido sobre a certificação do grupo de agroecologia, planejamento e discussão sobre o espaço na feira:

A agroecologia deve ser feito em espaço agrupado da agroecologia. Sim ou não. É preciso fazer o diferencial de cada banca para ter o selo na qualidade o diferencial, mas precisa de identificar os espaços não há necessidade de se agrupar. Há dificuldades para produzir hoje sem usar veneno, devido aos vizinhos, também houve muita demora para se fazer de valer o selo de certificação de forma bem transparente. Há muita resistência para fazer a divisão do agroecológico com o convencional. A agroecologia deve sem pensar no todo não só no capital, é preciso fazer capacitação, orientação, seminário de capacitação de todo o grupo e também da equipe técnica [...]

Também foi comentada a diversificação no plantio de produtos, para obter uma maior variedade de itens para a comercialização, principalmente na feira e gera possibilidade dos excedentes serem industrializados. Outro ponto na discussão foi sobre o planejamento das propriedades, no que diz respeito ao fluxograma de sistema de produção, fluxo de caixa, calendário de trabalho e a própria dinâmica de estruturação de uma propriedade que adota um modelo alternativo.

Diante desses fatores de formação do grupo, direcionados na conscientização dos membros sobre posturas adotadas na implantação do modelo agroecológico. As atividades começaram a ser vinculadas na divulgação da produção e de participar de eventos da cidade, para aumentar o reconhecimento da sociedade local sobre a atuação do grupo Herança Viva.

A Ata de reunião do dia 31 de agosto de 2005, realizada na Secretaria de Agricultura do município, aborda a posse da nova diretoria:

Combinamos de participar do desfile do dia Sete de Setembro junto com o grupo da feira, vamos fazer camisetas para o desfile e para ser usada na feira, o pagamento das camisetas será feita com o dinheiro que o grupo tem em caixa, cada família ficou responsável de levar os produtos para expor no desfile. [...]"

Outra etapa importante do grupo foi quando iniciou o processo de certificação das propriedades, comprovação que indica para os consumidores a origem dos produtos agroecológicos. Para obtê-la as famílias encontraram muita dificuldade, uma vez que as empresas que realizam certificação cobram preços muito altos para as condições dos agricultores. Uma alternativa encontrada pelo grupo foi a adesão e mobilização da associação junto a Rede Ecovida, vinculada à APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense)⁵. Segundo Dorigon (2008, p. 209): “A participação na rede Apaco permite aos agricultores também terem acesso à rede de certificação ambiental participativa – Rede Ecovida, com vistas ao mercado de produtos orgânicos.” O grupo é classificado como local, sendo que através do seu conselho de ética são feitos os encaminhamentos para a certificação participativa dos seus membros,

A certificação participativa⁶ consiste na informação das características locais da propriedade, onde a qualidade dos produtos é assegurada pela visita de agricultores, técnicos e consumidores que vão comprovar *in loco* a adequação do produtor, sendo este um processo de interação e controle social. A validação da garantia orgânica pelas Certificadoras e OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade) permite aos produtores certificados o uso dos Selos Ecovida e do SisOrg (MAPA) nos rótulos de seus produtos, conforme apresentado na figura 3.

⁵Segundo Dorigon (2008): A Apaco foi fundada em 1989 com o objetivo estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo no oeste de Santa Catarina. [...] Desde a sua criação a Apaco difundia entre seus associados o uso de tecnologias que reduzissem o custo de produção, preservassem recursos naturais e melhorassem as condições de trabalho, além de incentivar a cooperação agrícola e novas formas da organização da produção, buscando a autonomia dos agricultores em relação às grandes indústrias agroalimentares e atuando via programas, como: 1) Gestão Agrícola Associativa; 2) Agroecologia; 3) Agroindústria familiar associativa; 4) Comercialização; 5) Assessoria Técnica; 6) Crédito Solidário; 7) Formação e intercâmbio; 8) Desenvolvimento Sustentável solidário. (DORIGON, 2008, p. 200 e 201)

⁶A cultura e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram aprovadas pela Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Sua regulamentação, no entanto, ocorreu apenas em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto Nº 6.323. O Art. 29 do Decreto Nº 6.323/07 institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SisOrg, que tem como integrantes órgãos e entidades da administração pública federal (também os estaduais e distrital, se conveniados) e os organismos de avaliação da conformidade orgânica (OAC) credenciados pelo MAPA. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica. Os OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade) são a parte do SPG (Sistema Participativo de Garantia) que se organiza como Pessoa Jurídica e correspondem às certificadoras na certificação por auditoria. São os OPAC que avaliam, verificam e atestam que produtos, estabelecimentos produtores ou processadores atendem às exigências do regulamento da produção orgânica. O OPAC assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelo SPG. Devem estar regularmente constituídos para a atividade de certificação participativa e possuir mecanismos de resolução de conflitos, atendimento a denúncias e aplicação de sanções administrativas.



Figura 3: Selos Rede Ecovida e Mapa/Certificação Participativa
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Segundo o site do Ministério da Agricultura:

Uma vez certificados, estes produtores poderão efetuar venda direta a consumidores e venda a indústrias, processadores, mercados, supermercados, lanchonetes, restaurantes etc. e, mesmo, exportação. Assim, a participação no SisOrg permite a venda a terceiros. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores, e os colaboradores que são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. (MAPA, 2015)

Com o desenrolar dos processos de certificação, o grupo começa a planejar novas formas de geração de renda junto às propriedades, incentivando as visitas de consumidores às propriedades dos membros do grupo, principalmente os clientes da feira central municipal (principal local de venda dos produtores). Outra ação foi investir também nos mercados institucionais, atrelados aos programas governamentais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ampliando os mercados para seus produtos, fortalecendo os canais de comercialização curto.

Conforme a Ata de reunião do dia 06 de julho de 2006, a pauta é a visita de diretores de escolas de Chapecó nas propriedades de membros do grupo. Nesse período os diretores eram os responsáveis pela compra de produtos da merenda escolar. O trecho abaixo extraído da ata explicita esta questão:

Ficou marcado para o dia 23 de julho a visita dos diretores dos colégios Estaduais na propriedade agroecológica fica marcado na casa da produtora

“X”,...ficou combinado que o almoço será feito na propriedade e o custo será dividido entre os participantes do grupo de agroecologia, será mandado um convite para cada colégio, convidando o diretor(a) e um acompanhante...

Nota-se que a formação do Grupo Agroecológico Herança Viva esteve relacionada há um contexto vinculado ao fortalecimento de organizações sociais, como a Rede APACO. O estímulo dado pela administração popular que governou o município de Chapecó de 1997 a 2004, a qual organizou as feiras-livres municipais, e o estímulo (através de reuniões) para que os agricultores começassem a produzir sem a utilização de agroquímicos e/ou a utilização de sementes modificadas geneticamente.

Porém, durante esse período e posteriormente, houve mudanças locais ocorridas nos âmbitos político, econômico e da própria conjuntura da dinâmica rural brasileira influenciada pelo fortalecimento do modelo da agro industrialização convencional em grande escala. Isso vem implicando problemas sociais e ambientais, como a falta de oportunidade de trabalho, a concentração de renda e aumento da pobreza, a migração desordenada da população, em geral para os centros urbanos.

Neste contexto, o estudo realizado por Bonamigo *et al* (2014), com 47 avicultores do município de Coronel Freitas, no oeste de Santa Catarina, que possuem contrato de integração⁷, revelou problemas socioculturais gerados pelo trabalho na atividade avícola como: lesões por esforço repetitivo, problemas de coluna e articulações, acidentes de trabalho ocasionado por aviários mal projetados e a descaracterização cultural pela intensidade do trabalho, afastando de atividades culturais e familiares. Tais premissas trouxeram dificuldades para a articulação do grupo, que acarretaram em problemas como:

- A fragilidade da assistência técnica, como a falta de profissionais para a orientação técnica mais efetiva para os agricultores destinados para a produção agroecológica;
- A ausência de planejamento da produção e da propriedade, os produtores tendo dificuldade em organizar e escrever no “caderninho de produção”, que consiste em anotações que

⁷ Prevê que a responsabilidade pelas instalações, equipamentos, água e energia elétrica, bem como, pelo manejo dos animais fica a cargo dos produtores e a agroindústria pelo fornecimento da ração, insumos, medicamentos e transporte dos animais, bem como pela assistência técnica para a produção e responsável pela industrialização e comercialização da produção e indústria.

ajudam na elaboração do Plano de Manejo Orgânico da propriedade;

- A retração de mão de obra no campo, fatores como o êxodo rural e o envelhecimento dos trabalhadores rurais trazem consequências na produção devido à diminuição do efetivo;
- Nas feiras livres municipais há dificuldade para os consumidores visualizarem a diferença dos produtos agroecológicos dos produtos convencionais, como pode ser observado na Feira Central, demonstrado na figura 4. As duas únicas formas de apresentação dos produtos está numa placa ao fundo das bancas dos produtores (foto a direita) e no chão (foto a esquerda) com uma seta indicando o local de venda dos produtos agroecológicos, um demonstrativo de pouca expressão para identificação dos próprios produtores e da sua produção.

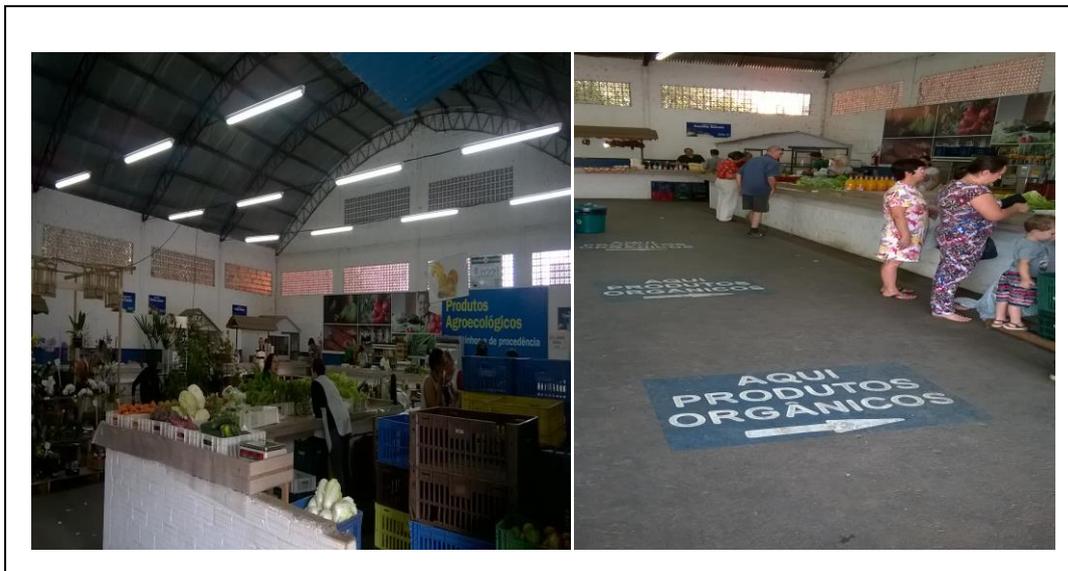


Figura 4: Identificação das bancas agroecológicas na Feira Central de Chapecó
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

4.2. Formação do Capital Social no Grupo Agroecológico Herança Viva

A construção de espaços em que os indivíduos de um determinado local moldam suas relações sociais e assim trocam experiências, expectativas e

possibilidades para que juntos possam conduzir ações de benefício coletivo são premissas que condicionam a formação das organizações sociais. É necessário reconhecer como esses envolvimento contribuem para a identidade do grupo e para o seu próprio sucesso. Como aborda Bauman (2005)

Afinal de contas, a essência da identidade – a resposta à pergunta “Quem sou eu?” e, mais importante ainda, a permanente credibilidade da resposta que lhe possa ser dada, qualquer que seja – não pode ser constituída senão por referência aos vínculos que conectam o eu a outras pessoas e ao pressuposto de que tais vínculos são fidedignos e gozam de estabilidade com o passar de tempo. Precisamos de relacionamentos aos quais possamos referir-nos no intuito de definirmos a nós mesmos. Mas em função dos comprometimentos de longo prazo que eles sabidamente inspiram ou inadvertidamente geram, os relacionamentos podem ser, num ambiente líquido moderno, carregados de perigos. (BAUMAN, 2005, p. 74 e 75)

O processo da globalização trouxe uma expansão do capitalismo que interfere tanto nas relações de produção como também na própria organização dos indivíduos em seus territórios (Godoy, 2005). Bauman (2005) colabora ao dizer que

A globalização atingiu agora um ponto em que não há volta. Todos nós dependemos uns dos outros, e a única escolha que temos é entre garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos. Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma estratégia. (BAUMAN, 2005, p. 95)

Acomodação e diminuição do compromisso por parte dos integrantes do Grupo Agroecológico Herança Viva, que não aprimoraram seus processos de organização, representado pela ausência da descrição de reuniões nas atas apresentadas nos períodos entre 2000 a 2001 e 2008 a 2010. Demonstrando certo afastamento do relato de suas ações, como pode ser visto no gráfico 1.

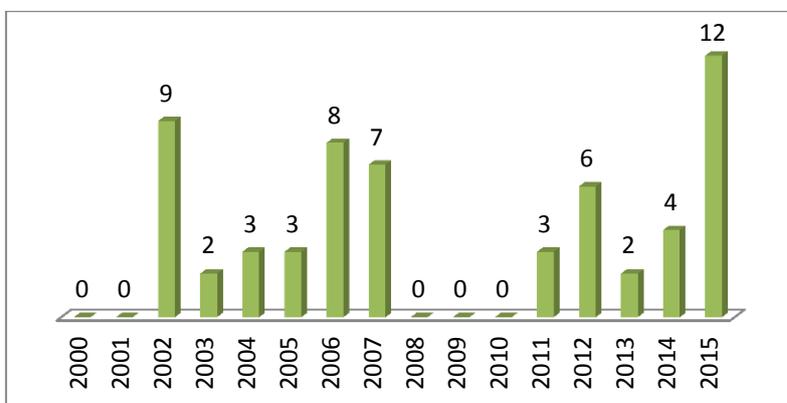


Gráfico 1: Reuniões do Grupo Agroecológico Herança Viva registradas em ata
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A ata é marcada então por um cenário que representa a participação no grupo. Segundo Melo (2006), a formalidade textual desse documento no qual são descritos os eventos e ocorrências num contexto histórico acabam por delimitar regras que dão credibilidade aos fatos de uma reunião.

A falta do registro na ata de reunião mostra a perda das informações contidas naquele encontro do grupo, ou seja, uma parte da história que não vai ser mais recuperada, dificultado assim a sua própria evolução. Segundo os produtores nesses períodos em que não houve a ata oficial, foram realizadas visitas nas propriedades dos membros e a situação do grupo agroecológico, mas sem haver uma preocupação em registrar os acontecimentos através da formalidade de um documento.

O atual momento é considerado pelos seus membros, como uma etapa de reconstrução do grupo. Dos integrantes que fazem parte do Herança Viva, 50% aderiu ao grupo entre os anos de 2013 a 2015. A entrada de novos membros pode ser notada como fator de agregação, pois com as novas presenças houve um registro crescente no número de atas de reuniões, o ano de 2015 teve o maior número de reuniões na existência da associação (gráfico 1).

Outro dado do atual contexto do grupo está na participação dos membros e familiares nos encontros. Entre os anos de 2014 (sendo realizadas 4 reuniões e com a média de 8,75 participantes) e 2015 (sendo realizadas 12 reuniões e com a média de 15,66 participantes), corresponde um maior envolvimento, demonstrado no gráfico 2.

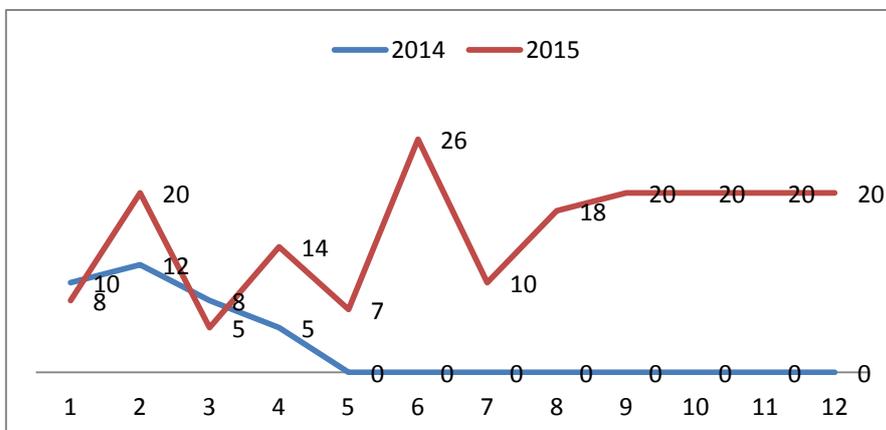


Gráfico 2: Número de participantes nas reuniões do Grupo Herança Viva

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Para articulação do grupo deve-se também perceber toda a potencialidade de ações que valorizam os produtos locais de base ecológica. Isso deve contribuir para uma melhor articulação, pois é um aspecto de valorização de sua produção, como também a intensificação e a articulação da associação com outras entidades para contribuir para o seu crescimento.

Dessa forma, perceber como o capital social do grupo está configurado é uma importante ferramenta para entender como as relações desse ambiente que podem envolver sua organização social.

Na construção de um grupo, a participação significa uma postura ativa de envolvimento e corresponsabilidade dos diversos atores sociais, na tomada de decisão sobre as formas de enfrentamento das externalidades. Constrói-se, dessa forma, um projeto mais ampliado e real. Além disso, é a participação que dá legitimidade política e social a ação.

Segundo Zani (2012):

Supõe-se que essas relações de confiança, de colaboração e de identidade compartilhadas pelos atores locais evoluam gradativamente para espaços mais estáveis e autênticos de consulta, articulação e deliberação, valendo-se de níveis mais elevados de articulações horizontais e verticais, que consolidem os avanços alcançados e canalizem as demandas sociais. (ZANI, 2012, p.197)

Dentro dessa premissa um dos primeiros itens que pode ser observado é o nível de confiança que os membros do Herança Viva tem com a dinâmica organizativa e decisória existente. Para alcançar essa resposta, os produtores foram questionados qual seria a nota para esse requisito, sendo 5 para o mais alto nível e 1 para o mais baixo. Obteve-se então uma média de 3,45.

Tal nota, quando observada dentro da escala de Likert, pode ser considerada uma avaliação entre regular e boa. Este dado fica mais evidente no gráfico 3, o qual mostra que 64% dos integrantes reconhecem que o Herança Viva é um espaço de socialização de mecanismo de trocas.

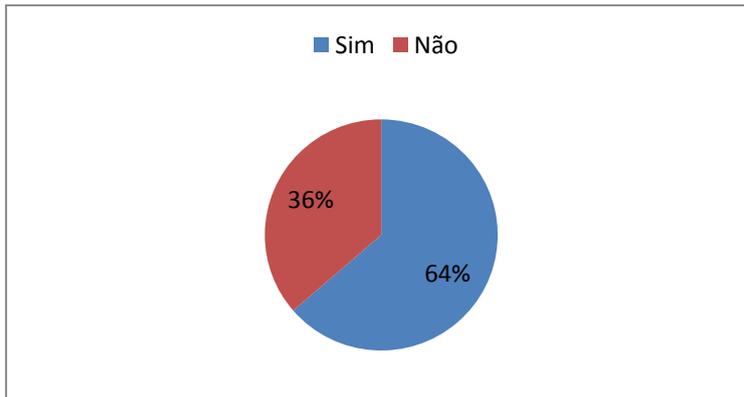


Gráfico 3: Mecanismo de troca (socialização) entre os integrantes do grupo
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A socialização segundo os produtores ocorre de diferentes maneiras, mas principalmente na ampliação das informações e acesso de conhecimento da agroecologia. As formas de como essa ação ocorrem podem ser através: das visitas das propriedades realizadas pelo grupo a cada dois meses (caracterizado por um momento confraternização e por trocas de experiências), na realização de cursos qualificação (como realizado em 2015 para a produção de Shitake), troca, fornecimento, utilização e tratamento de produtos (como biofertilizante e sementes). Também no acesso de novos canais de comercialização e produtos indicados pelos membros do grupo entre si, e na cooperação entre os agricultores através dos mutirões nas propriedades (auxílio de mão de obra).

As atividades ocorrem através das reuniões que geram uma sintonia no grupo, ou seja, como uma estratégia de articulação importante para a execução de suas atividades agrícolas e de comercialização.

Outra informação importante que aparece no gráfico 3 é que 36% dos entrevistados não reconhecem a socialização, mesmo que seja um universo menor. Isso pode ser justificado, pois, alguns membros apontam desconfiança em decisões tomadas pelo grupo, na questão todos os componentes respeitam normativas definidas nas reuniões.

Como a atual fase do grupo é de reestruturação de seus processos organizativos, tal resposta vem ao encontro de alguns procedimentos adotados no decorrer da sua existência. Em observação realizada nas reuniões, pode-se notar que as normas estabelecidas e redigidas em atas de reuniões, não estão sendo cumpridas na sua totalidade:

- Não houve registro de reuniões na ata;

- Falta de controle das obrigações dos integrantes (presença);
- O processo de comunicação apresenta dificuldades (aviso sobre reuniões);
- Não há divisão de responsabilidades (atividades do grupo ficam a cargo do coordenador e do secretário);
- Novos membros desconhecem a origem do grupo;
- A dificuldade de alguns componentes da associação na produção agroecológica gera dúvidas entre os integrantes sobre a qualidade dos produtos.

Para auxiliar nessa discussão Rigo *et al* (2010) traz duas categorias do capital social identificadas no trabalho de Uphoff (2000): a estrutural e a cognitiva.

A primeira, categoria estrutural, tem como fontes e manifestações papéis, regras, padrões de interação, procedimentos e precedentes (experiências anteriores) sendo encontradas nos vínculos verticais e horizontais existentes na organização social, constituindo em formas mais objetivas e observáveis.[...] O capital social cognitivo “conduz” à Ação Coletiva Mutuamente Benéfica, na medida em que valores, atitudes de solidariedade e crenças na equidade criam e mantêm um ambiente no qual a cooperação se torna algo esperado e muito mais provável de acontecer. (RIGO,et al, 2010, p. 267)

O grupo Herança Viva atualmente apresenta a dificuldade de ter por escrito ou de outro mecanismo que facilite o acesso às normas que regem a organização. Tal característica pode acarretar que membros questionem algumas práticas sem saber necessariamente se tal discussão já foi realizada ou que determinada atitude é cobrada. Isso pode gerar desconfiança entre os membros e a instabilidade na própria credibilidade organizativa.

A falta da materialidade dessas normas do grupo pode também ser associada ao enfraquecimento ao longo do tempo do Capital Social Cognitivo, pois, com a ausência de parâmetros, dos valores que orientam e reforçam o grupo que criou a associação pode enfraquecer a sua estrutura. Tal premissa pode ser uma das razões das oscilações do Grupo Herança Viva ao longo dos quinze anos de sua existência.

No entanto, mesmo com as dificuldades apresentadas, o grupo consegue manter uma rotina de reuniões e visitas às propriedades dos integrantes, condição para manter ou conseguir a certificação participativa. Com a entrada de novos membros interessados na produção agroecológica, houve um aumento da referência do papel do coordenador e do seu envolvimento nas reuniões. Isso pode

ser observado no gráfico 4 , que mostra o procedimento adotado pelos participantes da associação quando possuem alguma informação que interessa ao grupo. Das opções dadas no questionário para esse traçar esse perfil, a maioria optou em repassar a informação para o coordenador no dia da reunião.

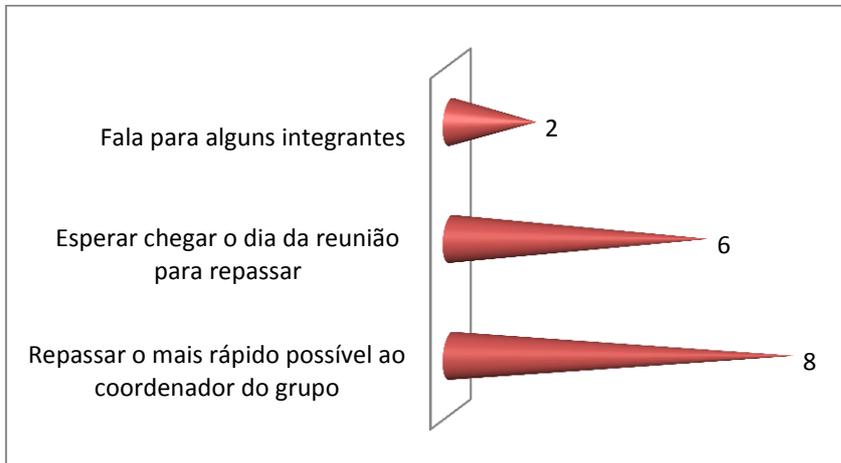


Gráfico 4: Procedimento de repasse de informações
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Como pode ser visto, o grupo apresenta um capital social estrutural enfraquecido. Ele ainda consegue ser mantido nas demais dimensões que os envolvem, como laços de cooperação e traços de identificação de seus membros com o grupo. Esse dado pode ser notado nos parágrafos anteriores, mostrando que o capital social cognitivo manteve-se, como pode ser observado no gráfico abaixo.

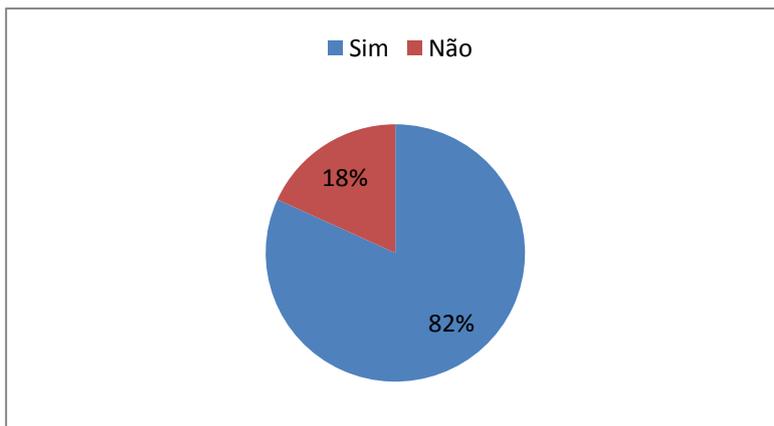


Gráfico 5: Realiza divulgação do grupo em outros espaços
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

No perfil do grupo, obtido através do questionário aplicado junto aos produtores, foi verificado que quando eles estão envolvidos em outros espaços, como igreja, clube, entre outros - falam sobre o grupo na forma de divulgá-lo. O

gráfico anterior demonstra que 82% dos produtores responderam “sim”. A colocação dos produtores mostra que, ao divulgar o grupo para outros espaços de sua convivência, isso indica que eles associam suas imagens à da entidade.

O contato com outros espaços é importante para este tipo de organização que deve estar aberta para novas informações, as quais podem contribuir tanto para o crescimento individual dos integrantes quanto sua a estrutura do grupo que ganha novas concepções. Capra (2009, p.133) coloca “que o surgimento da novidade é uma propriedade de sistemas abertos, o que significa que a organização tem de abrir-se a novas ideias e conhecimentos - uma cultura de aprendizado, encorajando o questionamento constante e recompense a inovação”. Para analisar a relação dos produtores do grupo Herança Viva com outros grupos agroecológicos foi perguntado aos integrantes se conheciam outro grupo com as mesmas características. O resultado demonstrou que 82% dos produtores não conheciam outra associação, como pode ser observado no gráfico abaixo.

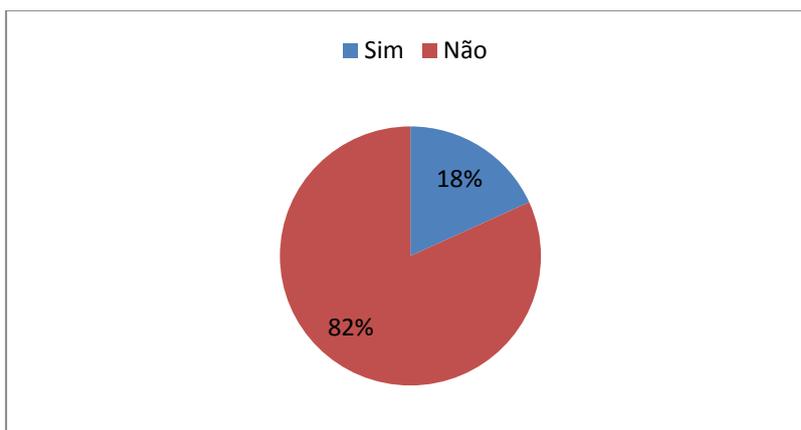


Gráfico 6: Conhecimento dos produtores sobre outro grupo agroecológico
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

O resultado revela uma preocupação, pois os integrantes não conhecem outras realidades e terão dificuldades de comparar e refletir suas atuais práticas, visando aprimorar elementos do Grupo Herança Viva. Não conhecer outros grupos indica uma fragilidade da própria Rede Ecovida, onde congrega todos os grupos.

Foi abordado junto aos produtores do grupo se faziam parte de algum outro grupo ligado à agricultura. Nesse sentido 82% participam de outras estruturas dentre as quais: Cooperfamiliar, MST (Movimento Sem Terra), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Aprofec (Associação dos Produtores e Feirantes de

Chapecó), Cooperativa Alfa, Associação de Pescadores do rio Uruguai. Além disso, 73% participam de outros tipos de grupos vinculados à comunidade onde reside - esportivos, religiosos, conselho comunitário, entre outros. Essa participação em outras entidades mostra como os produtores veem seu papel dentro da sociedade e em outros fóruns de discussão dos seus problemas.

Como aborda Nogueira (2004):

A tendência atual não mais pensa a participação como o reverso da representação ou como veículo privilegiado da pressão popular, mas sim como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários. (NOGUEIRA, 2004, p. 121)

Os integrantes do grupo agroecológico têm uma forte participação em diferentes fóruns de discussão, trazendo para o grupo toda uma experiência desses círculos. Isso se materializa na possibilidade de discussão de políticas públicas para o segmento agroecológico já que, nas respostas dadas pelos produtores ao questionário, 64% acreditam que os espaços de diálogos e locais nos quais participam podem influenciar políticas públicas ligadas ao segmento agrícola.

O envolvimento dos atores sociais nas redes é de fundamental importância para as definições e posturas que o grupo deve possuir para o seu desenvolvimento. No entanto, como afirma Marteleto e Silva (2004, p.43), o respaldo das decisões deve estar relacionado ao capital social estrutural e cognitivo do grupo:

[...] a participação em redes está associada ao capital social estrutural, sendo muito relevante a compreensão do tipo de rede que se está observando (diversidade dos participantes, institucionalização de normas de decisão, objetivos gerais ou específicos, tamanho e área geográfica etc.). O nível de confiança (e expectativa) entre os indivíduos da rede está relacionado com o capital social cognitivo e influencia a ação coletiva do grupo. Em parte, relaciona-se com o acesso à informação tanto no nível local quanto mais geral, este último associado aos meios de comunicação, ou, em outros termos, às fontes pessoais e impessoais. (MARTELETO; SILVA, 2004, p.43)

4.3. As redes sociais que compõem o grupo agroecológico

A articulação entre indivíduos e grupos na construção de melhores condições de vida e o aperfeiçoamento das suas potencialidades, mediante seus recursos, lhes permitem ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e de decisão, numa constante de capacidades para gerar seu desenvolvimento.

Como aborda Capra (2009):

[...] os sistemas sociais vivos são redes auto-geradoras de comunicações. Isso significa que uma organização humana será um sistema vivo se for organizada em rede ou contiver redes menores dentro dos seus limites. (CAPRA, 2009, p.117)

Para analisar o grupo foram realizadas entrevistas (Apêndice A) com os membros do grupo, sendo atribuídos a cada um deles um código preservando a sua identidade: A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11. Os dados analisados pelo UCINET 6 estão relacionados a reciprocidade e à centralidade da rede formada pelo grupo. Também foi avaliada a existência de redes institucionais, formadas por organizações que contribuem para eixos: gerenciamento, econômico e técnico.

Conforme aborda Bordin *et al* (2014):

As métricas de análise de redes sociais são baseadas essencialmente na teoria de grafos e permitem analisar a estrutura e as relações da rede como um todo, subgrupos de atores e atores individualmente dentro da rede. No contexto de uma rede de coautoria, os resultados dessa análise são importantes para o entendimento de diversos aspectos relacionados à colaboração. (BORDIN *et al*, 2014, p.39)

Na perspectiva de obter uma melhor visualização da rede formada pelos integrantes do Grupo Agroecológico Herança Viva, foi gerado seu sociograma (apresentado na figura 5) que, a partir das relações de proximidade e contato social gerados entre cada produtor. Permitindo uma leitura e análise dos seus relacionamentos, e explicita a densidade da rede.

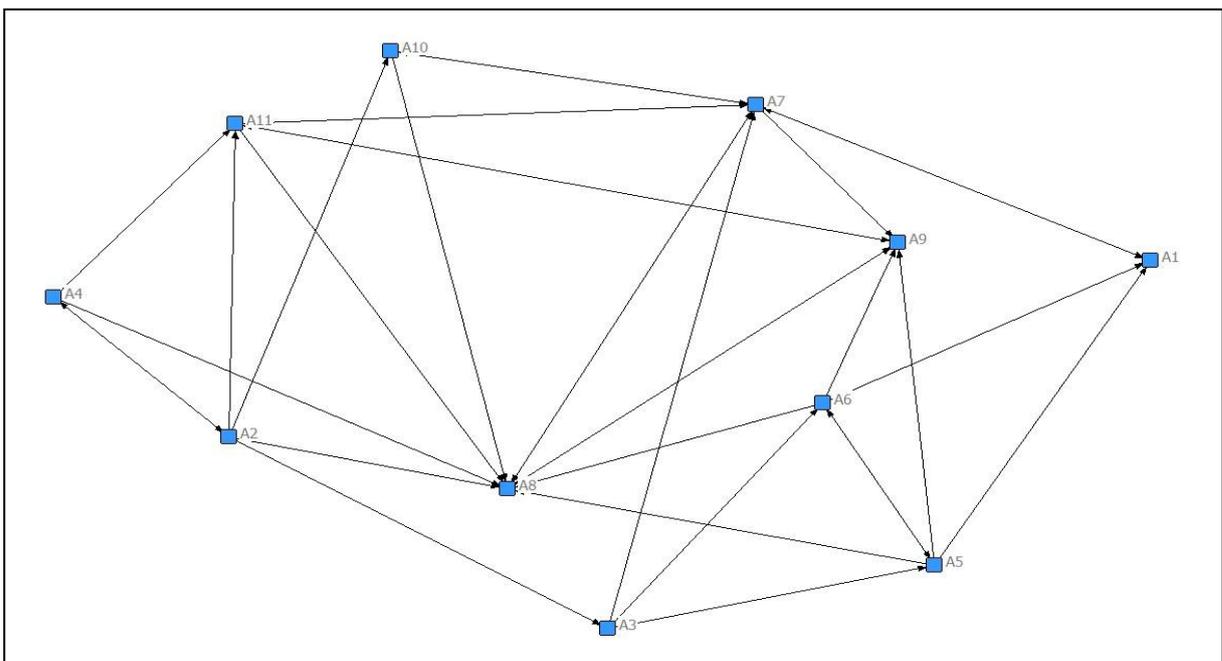


Figura 5: Relações de Densidade e Contato Social dos integrantes do Grupo Agroecológico Herança Viva

Fonte: Elaboração própria

A figura 5 revela a forma como os contatos são exercidos pelos membros representando os níveis de proximidade dos participantes, ou seja, o conceito de densidade. Segundo Bordin *et al* (2014, p.40), densidade “é uma tentativa de resumir a distribuição total de linhas, a fim de medir o quão longe este estado de completude o gráfico está. Quanto mais pontos estão ligados uns aos outros, mais denso será o gráfico”. Nesta discussão Costa (2011) aponta que:

[...] não há como privilegiar ver relações de simetria ou assimetria. As redes são heterogêneas e há tanto laços equitativos quanto desiguais (embora as assimetrias de poder sejam mais a regra e menos a exceção). Alguns nós possuem maior faculdade de decisão/atração/carisma/convencimento, outros menos; contudo, há interações menos desiguais, por meio de indivíduos com posições mais ou menos semelhantes (e/ou recíprocas) na rede. Os tipos de laços podem ser os mais diversos: parentesco, amizade, trocas materiais, conflitos, trocas de informação, atributos compartilhados, relações de trabalho, interesse afetivo, etc., ou ainda, podem ser direcionados (relação não simétrica, unilateral), simétricos (reciprocidade do laço) ou valorados (intensidade distinta do laço). (COSTA, 2011, p. 129)

Ademais, a análise da figura 5 possibilita identificar o papel que cada produtor ocupa na rede. Como pode ser observado, existem pontos que ocupam um maior destaque e, por conseguinte, dominam as relações da rede. As principais conexões derivadas dos membros do grupo apontam maior quantidade de laços para os integrantes: A7 e A8, indicando sua posição de influência e de tomada de decisão. Neste sentido, a rede não é inteiramente conectada, ou seja, ela está dividida em subgrupos, que são interligados pelos atores principais da rede (que possuem maior densidade de laços).

O fortalecimento de uma rede está condicionado ao conjunto das relações que estabelecem mediante as interações entre os seus membros. A densidade de uma rede demonstra o grau de conectividade existente, sendo medida pela proporção de conexão existentes sobre o total de relações possíveis, segundo Bordin *et al* (2014) o valor máximo obtido é 1.

No Grupo Agroecológico Herança Viva, os valores calculados pelo UCINET apresenta uma densidade de 0,309, demonstrando uma baixa vinculação entre os seus integrantes, tal perspectiva pode gerar dificuldades na disseminação de informação no grupo.

Dentro destas discussões, ressalta-se que as relações de reciprocidade produzem valores humanos de confiança e solidariedade, fortalecendo as redes de cooperação existente. Elas não são apenas de ordem econômica, mas

envolvem trocas de conhecimento, informações (SABOURIN, 2011). Tal perspectiva pode ser vista na figura 5, que ao analisar cada componente demonstrado no sociograma, pode perceber setas que indicam a provável correspondência entre os integrantes do grupo, indicando a possibilidade de laços recíprocos.

Mas a interação entre os membros do grupo é limitada mostra a formação de pequenos grupos são desenvolvidos, como pode ser observado nas relações entre: A2 e A4 (onde são vizinhos de banca na feira), A5 e A6 (que possuem parentesco), A1 e A7 (fornecimento de produtos). Dentro desta dinâmica de relacionamento entre pares, correlacionam com o grupo maior.

No caso do grupo agroecológico, os valores calculados pelo UCINET apresenta uma reciprocidade de 0,3077, considerando que este valor pode variar entre 0 e 1. Portanto, considera-se que o nível de coesão pode ser considerado baixo no contexto do grupo. No gráfico 7 são apresentados os respectivos níveis dos produtores e seus respectivos níveis de reciprocidade.

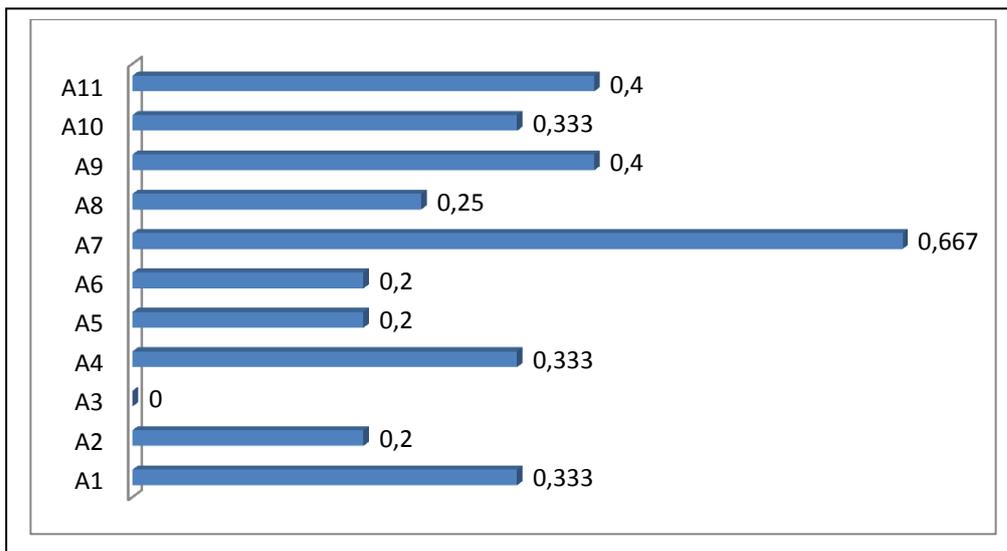


Gráfico 7: Nível de reciprocidade dos produtores

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

O âmbito demonstrado na relação de reciprocidade demonstra que o integrante A7 é o que possui maior índice e, atualmente, é o coordenador do grupo. A construção de laços fortes em relação a esse integrante e os outros componentes envolvidos com ele mostra que as principais articulações do grupo têm a relação principal. O integrante A3 é o componente com menor representação, fato explicado por ter pequena participação nas atividades no grupo nesse ano devido estar em

recuperação por um acidente que ocorreu em sua propriedade. Outro ponto que pode ser observado é da constituição no grupo de laços fracos, sendo percebida pelos integrantes que estão nas partes mais periféricas do sociograma da figura 5.

Conforme Kaufman (2012, p.208):

Nas redes de “Laços Fortes” há uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem além dos clusters, por isso mesmo, nas referidas redes procuramos referências para a tomada de decisão; são relações com alto nível de credibilidade e influência. Indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de “Laços Fracos” são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de “ilhas isoladas” dos clusters e assumindo a configuração de rede social. (KAUFMAN, 2012, p.208)

Outro aspecto importante nesta análise (ARS) corresponde a centralidade. Conforme aborda Marteleto (2001, p.76), a centralidade representa que “Quanto mais central é um indivíduo, mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta seu poder na rede”. Para ampliar a visualização das relações sociais entre os participantes do grupo, apresenta-se o gráfico 8 (centralidade da rede), demonstrando o número de laços mencionados por produtor.

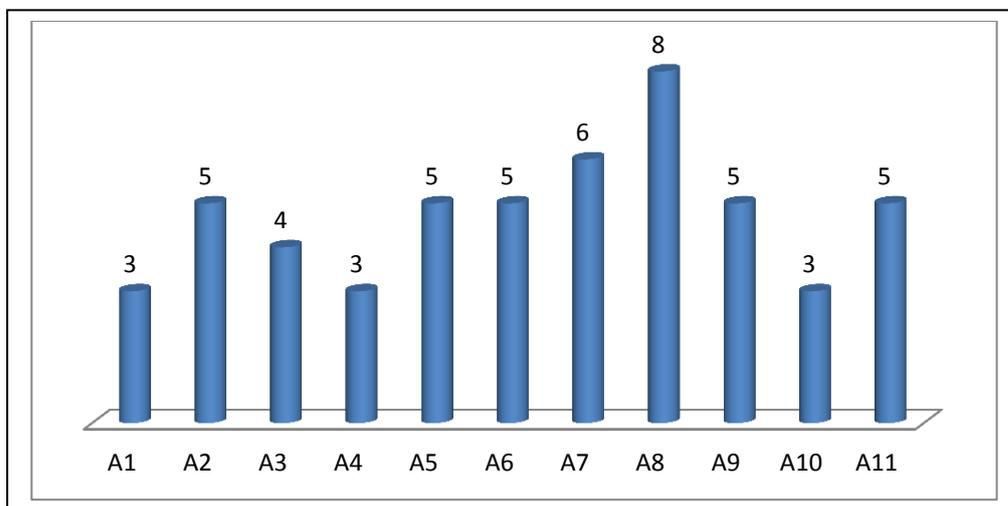


Gráfico 8: Centralidade da Rede, número de laços por produtor

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapécó, SC. Mar-2014/dez-2015

Neste contexto, os membros A7 e A8, são apontados como os principais articuladores do grupo, tal fato é explicado por já ter ocupado a função de coordenação do grupo, porém é importante ressaltar que há outros integrantes que também aparecem ocupando espaços de influência, como A9, que também já foi

coordenador e outras referências como: A2, A5, A6 e A11, que tem destaque no gráfico 8 .

Os fatores de análise também foram ampliados para o estudo do conteúdo com foco na relação do grupo com instituições que fazem parte do cotidiano e que de alguma maneira contribuíram para a sua formação. A escolha das entidades seguiu dois parâmetros: primeiro, o vínculo histórico (através do questionário aplicado junto aos agricultores); segundo, a relação atribuída pelos agricultores através do Diagrama de Venn⁸ (dinâmica utilizada durante a realização da oficina de SWOT e do Diagnóstico Rápido Participativo). As instituições foram: Epagri, APACO, CooperFamiliar (Cooperativa cuja maioria dos produtores faz parte), Secretaria Municipal de Agricultura, Grupo Agroecológico Herança Viva, UFFS (Universidade da Fronteira Sul), Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) e Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária)

Dentro de uma organização social existem diversas outras relações (pessoas, grupos, entidades, instituições) que agregam à rede de relacionamentos do grupo tornando-o cada vez mais dinâmico e forte para enfrentar ações adversas. Como aborda Capra (2009, p. 121) “quanto mais desenvolvidas e sofisticadas forem as próprias redes, tanto mais a organização será capaz de aprender, reagir criativamente a circunstâncias inesperadas, mudar e evoluir.”

No âmbito das instituições, a formalidade dessas estruturas demonstra como as políticas públicas desses espaços estão relacionadas em contribuir com organizações sociais e modelos de interação participativa.

A importância do gerenciamento rural para capacitar, desenvolver e equacionar estrategicamente os recursos do agricultor e gerar renda e qualidade de vida é um dos pontos importantes para sua permanência na atividade, como também do bom uso dos recursos naturais que o envolvem. Para avaliar como os integrantes do grupo veem as instituições na cooperação desse item foi gerada a figura 6.

⁸ Mostra o papel das diferentes pessoas, grupos e instituições que atuam dentro e fora das comunidades como se relacionam, faz o grupo refletir sobre seus relacionamentos e comportamento em todo o processo.

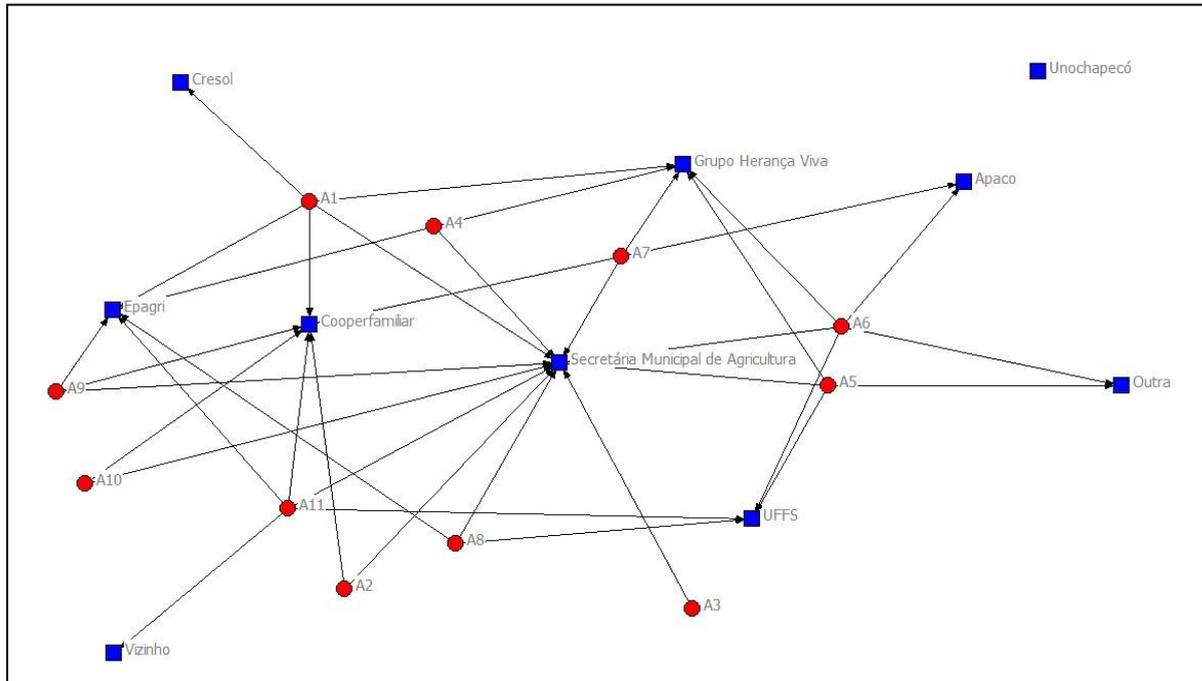


Figura 6: Formação Institucional da rede de auxílio ao gerenciamento da propriedade
Fonte: Elaboração própria.

Na figura 6 da Rede Institucional do grupo, vinculado ao apoio ao gerenciamento da propriedade, o destaque fica para a Secretaria Municipal de Agricultura que possui a maior relação entre os produtores, que possui papel central na rede. Que mostra o importante papel que a Prefeitura Municipal possui na assistência às propriedades rurais vinculados ao grupo agroecológico. Nas outras relações apresentadas os agricultores estão vinculados a pequenas redes, não havendo uma relação de intercâmbio com outros atores.

Por outro lado, a Unochapecó apresenta a menor interação entre o grupo e essa universidade, não sendo apontada pelos integrantes como referência no auxílio de gerenciamento da propriedade. É importante lembrar que a universidade participou das reuniões que deram início a formação do Grupo Herança Viva, e que ao longo do tempo houve um afastamento gradual, tendo poucas relações de ação conjunta entre as estruturas atualmente.

A agricultura é uma atividade econômica altamente dependente de financiamento, tanto para o investimento em infraestrutura quanto - e principalmente - para a produção. Para isso é necessário que o produtor rural procure entender mais sobre o assunto para poder utilizar melhor os mecanismos de financiamento disponíveis no mercado. Neste segmento o sociograma gerado entre os produtores do grupo foi associado a uma pergunta: qual das instituições você procura para

obter informações sobre financiamentos ou dúvidas na questão econômica? Sendo apresentado na Figura 7.

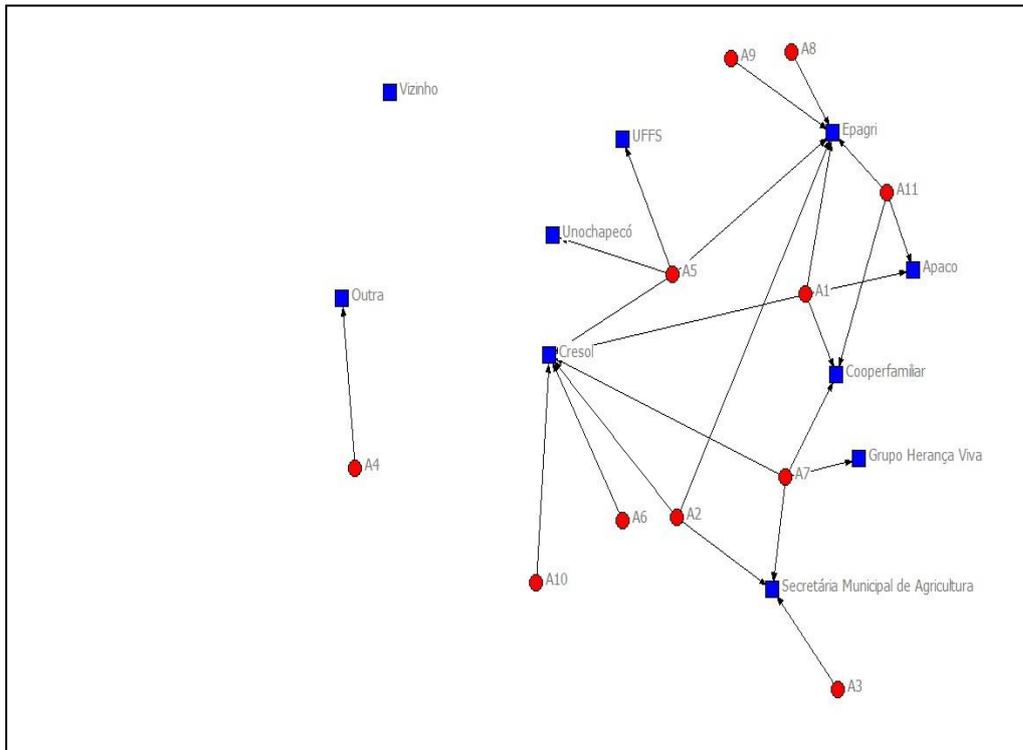


Figura 7: Formação Institucional da rede de auxílio à questão econômica
Fonte:Elaboração própria

Na análise da figura 7, duas instituições tiveram destaque. A Cresol, que é uma rede que busca promover a inclusão social de agricultores familiares, ao facilitar o acesso aos produtos e serviços financeiros. E a Epagri, através do Programa SC Rural, uma iniciativa do governo de Santa Catarina com financiamento do Banco Mundial – BIRD, que visa financiar e consolidar política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense, por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas.

Diferente da rede formada na figura 6, onde havia um ator principal e pequenas conexões, na figura 7 nota-se uma bipolarização entre a Cresol e a Epagri, onde os integrantes do grupo estão vinculados a uma ou ambas instituições. Pode ser notado também casos de isolamento da rede, como A3 (vinculado somente a Secretária Municipal de Agricultura) e A4 que possui outra forma de obter auxílio a questão econômica, quanto maior número de integrantes do grupo que compartilham da mesma rede, maior o número de informações que podem obter e compartilhar.

Propiciar aos agricultores conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de habilidades, de maneira que lhes permita analisar e praticar a difusão de novas tecnologias de forma consciente e crítica faz parte de uma extensão rural que possibilite o acesso à informação e desenvolva a propriedade.

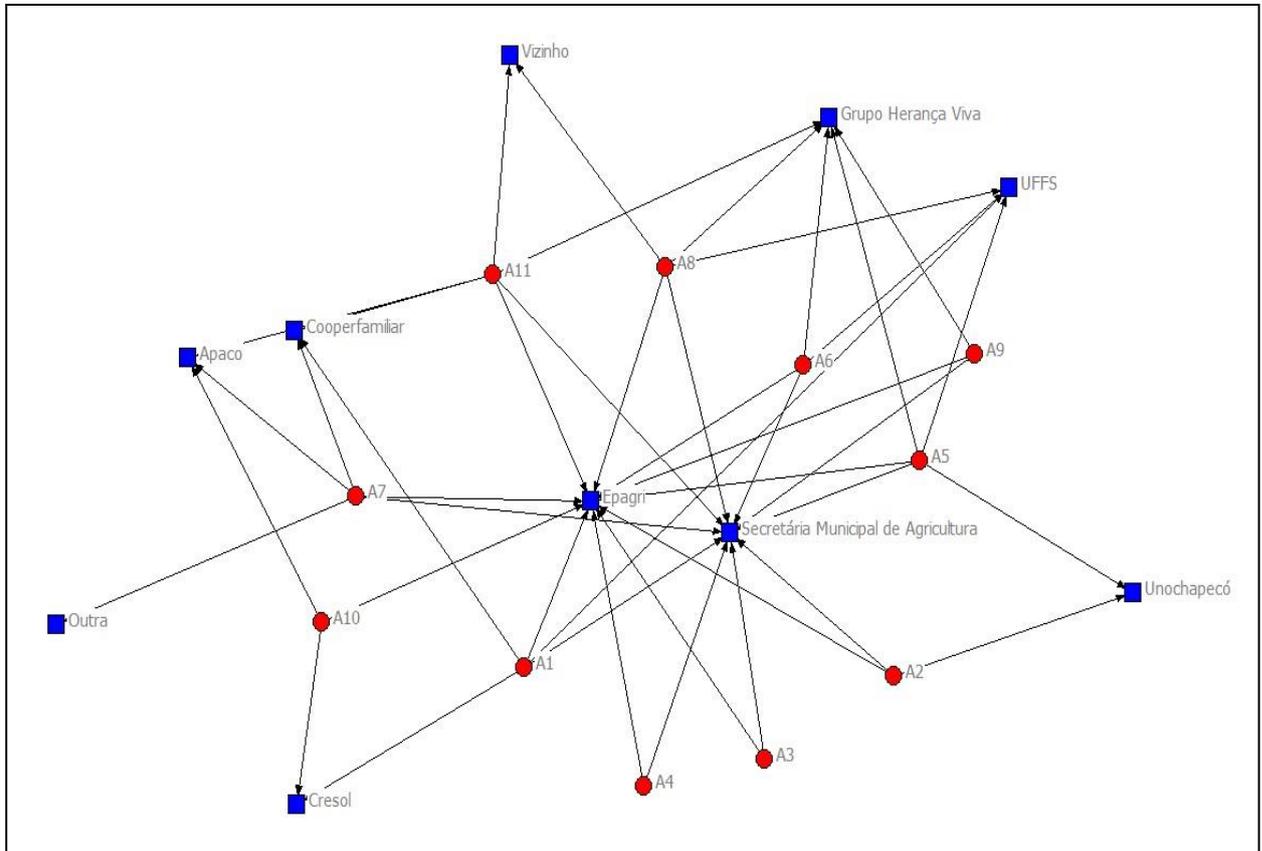


Figura 8: Formação Institucional da rede de informações técnicas
Fonte: Elaboração própria

Na parte técnica (Figura 8), segundo o indicativo dado pelos agricultores, a Epagri e a Secretaria Municipal de Agricultura aparecem como as principais instituições que dão orientação para os produtores. Apresentam-se na parte central da rede, ocupando uma forte influência no acesso e na introdução de técnicas no meio rural, em especial do grupo agroecológico. Nota-se a existência de pequenas conexões e redes de menor expressão, entre alguns agricultores e outras instituições, fato explicado pela formação de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas. Também o destaque para o Grupo Herança Viva que aparece entre os seus membros como indicativo de informações para diversificações ou esclarecimentos de dúvida na produção.

Uma análise conjunta dos três sociogramas, revela que a Epagri e a Secretaria Municipal de Agricultura ocupam um papel estratégico no

desenvolvimento do meio rural onde os integrantes do grupo têm suas atuações. No conjunto dessa análise o próprio Grupo Herança Viva também ocupa uma substancial influência e tem uma atuação importante no cotidiano de suas atividades, como pode ser visto no gráfico 9, relacionado com notas dadas pelos agricultores entre 0 (para menor influência no cotidiano) e 5 (para maior influência no cotidiano).

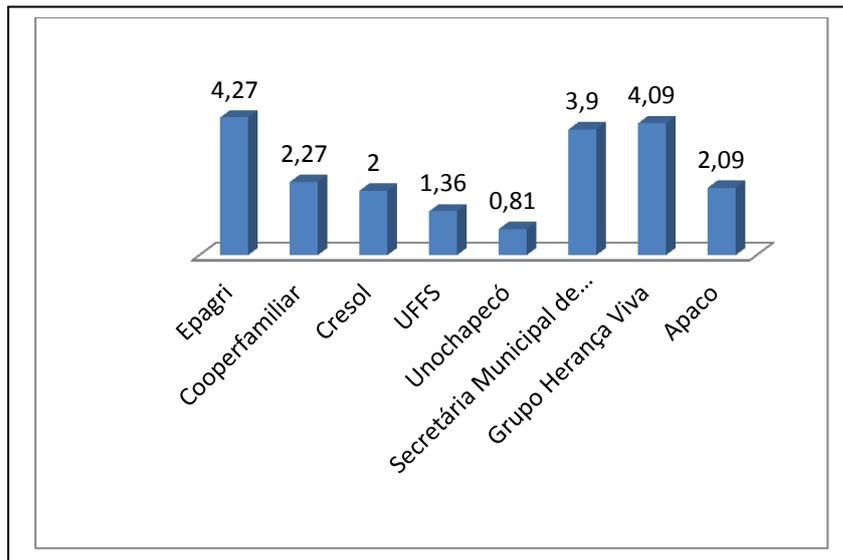


Gráfico 9: Avaliação das Instituições que contribuem com os produtores
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Os dados do gráfico 9 apontam uma perspectiva preocupante para entidades como APACO, Cresol, CooperFamiliar e as universidades, pois obtiveram os valores mais baixos (dentro da escala de Likert) na relação cotidiana com os produtores.

Tais questões no caso da APACO e da CooperFamiliar podem ser explicadas porque as duas entidades, muitas vezes, têm seus processos de acompanhamento dos agricultores vinculados à contratação de técnicos mediante conquista de editais públicos, ou seja, a falta de verba dessas estruturas compromete sua atuação.

No contexto das universidades, elas possuem algumas relações com produtores do grupo, porém, não são caracterizadas como uma ação mais efetiva e muitas vezes estão relacionadas com alguns experimentos. Com a Cresol a questão vem acompanhada de algumas experiências negativas que alguns integrantes

tiveram com a instituição, principalmente relacionadas com informações imprecisas sobre financiamento dadas pelos agentes da cooperativa.

Nessa análise também deve ser necessário o desconhecimento de parte dos integrantes do grupo agroecológico de serviços prestados por essas instituições. Como há uma maior proximidade dos integrantes com a Secretaria de Agricultura e com a Epagri, por consequência estas foram bem avaliadas.

4.4. Processos e Estratégias de Ações Conjuntas no Grupo Agroecológico Herança Viva

A palavra processo designa uma ação contínua que envolve a realização sucessiva e prolongada de alguma atividade a qual pode gerar o desenvolvimento de um determinado objetivo. Quando envolvem grupos sociais, os processos pelos quais eles passam indicam um movimento cujos os integrantes almejam para que suas interações possam estruturar suas relações sociais. Na cooperação diferentes indivíduos cooperam entre si para alcançar um objetivo em comum.

Para alcançar qualquer objetivo dentro de uma organização social, é importante que os membros tenham a percepção de aspectos que estão relacionados na dinâmica de funcionamento da estrutura que os envolvem. O processo dialógico possibilita a construção dessa percepção, como se a cada debate, a cada atividade, a cada projeto, uma nova “lente” se apresentasse diante dos olhos e possibilitasse a identificação dos diferentes contextos, assim como a melhor compreensão do papel dos integrantes na melhoria do grupo.

Dentro desse contexto o Grupo Agroecológico Herança Viva vive um momento de transição de suas ações, passando assim a analisar seus procedimentos e buscar novas possibilidades de fortalecimento. Essa premissa é apontada na ata do dia 19 de julho de 2014:

[...] foi levantado questões quanto as dificuldades que a Apaco está tendo em acompanhar o grupo, dificuldades de reunir o grupo pra debater e resolver os problemas do grupo, a preocupação quanto ao produto que está sendo comercializado pra feira enquanto agroecológico, onde em análises realizadas identificou contaminação em alguns itens, levantou-se questões referente a comercialização dos produtos, e a forma com que são tratados

no sistema agroecológico [...] a importância da organização e articulação do grupo e a importância de integrar novas famílias, ter cronograma de reuniões estipulado, a confiança entre os membros do grupo, definir responsabilidade, fica encaminhado que cada membro vai fazer uma análise sobre o que quer pra sua propriedade e pro grupo e construir um planejamento estratégico do grupo levantando todos os problemas existentes e definido metas a serem superadas.[...]

O trecho apresentado demonstra que o grupo nota problemas que estão no entorno. Porém, apresenta dificuldades para a sua superação como é notado na passagem que relata as dificuldades que a APACO enfrenta no acompanhamento do próprio processo. No mês de agosto de 2014, o Grupo Herança Viva realizou uma reunião no Mercado Público Municipal de Chapecó, com o apoio da CooperFamiliar (Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar). Esse encontro teve a finalidade de discutir as questões abordadas no trecho acima mencionado. Mas as discussões trabalhadas naquele momento não foram retomadas nos meses à frente, tornando mais uma ação sem algo de concreto.

Em março de 2015 com a eleição para a nova coordenação do grupo e com as atividades desenvolvidas pela pesquisa, começa um novo ciclo de mudanças e de retomadas de assuntos para a organização do grupo. Também retoma-se o acompanhamento da produção agroecológica e seu respectivo andamento para a certificação participativa.

As reuniões regulares mensais pelo grupo foi um dos momentos de integração importante. Através desses encontros pôde-se encontrar soluções de problemas, como a própria troca de informações entre os produtores, que conseguem a partir dessa periodicidade manter o direcionamento, o foco e controle de suas atividades. Foi realizada uma reunião na Feira Central de Chapecó e, no mês seguinte, na propriedade de um dos membros do Herança Viva (Figura 9), outra reunião teve uma dupla função: a primeira, para a definição de assuntos gerais; a segunda, possibilitou a socialização a partir da observação dos outros integrantes das práticas realizadas pelo produtor no seu ordenamento agrícola.



Figura 9: Reunião do Grupo Agroecológico Herança Viva
Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Os integrantes do grupo agroecológico, em uma reunião, foram provocados no sentido de intensificar suas atividades em conjunto, não ficando apenas reunidos durante a venda dos seus produtos nas feiras livres e durante as reuniões, mas que aumentassem a cooperação entre os componentes.

Nesse sentido surge a possibilidade de realizar um mutirão, que é caracterizado pelo auxílio gratuito que uns prestam aos outros entre os membros de uma determinada comunidade. Reúnem todos em proveito ou de um de seus membros ou também para suprir a dificuldade que os produtores rurais do grupo enfrentam quanto a falta de mão de obra. A atividade foi realizada no mês de junho de 2015, sendo a primeira vez que tal atividade foi feita pelo grupo na sua história. A ação do mutirão foi decidida pela cooperação na colheita das sementes do feijão-guandu (figura 10) de um produtor membro, que pôs as sementes à disposição dos outros integrantes.



Figura 10: Mutirão realizado pelo grupo
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A prática não foi repetida durante o restante do ano devido às dificuldades de organização para retomá-la. Porém, ela foi bem-sucedida e o grupo pretende colocar tal prática como prioridade para o ano de 2016.

Nas ações em conjunto desenvolvidas pelo grupo durante o ano de 2015, também foi pensada e realizada a diversificação de produtos oferecidos pelos produtores aos seus consumidores. Já em setembro foi realizada uma oficina sobre a produção de cogumelos Shitake (figura 11).



Figura 11: Oficina de Produção de Cogumelos Shitake
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
 Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A capacitação foi realizada através de um “Dia de Campo”, que consiste na troca de experiências e de tecnologia. Durante um dia inteiro os

produtores e um técnico trocaram informações sobre o produto e as suas tendências de mercado. A escolha por tal cultivo busca outra possibilidade para a diversificação da produção, como também uma prática que alia o conhecimento tradicional aproveitando os recursos locais, gerando renda e aliada com a preservação ambiental.

As ações em conjunto do grupo não foram baseadas somente em atividades, mas também na adoção e cobrança de procedimentos dos membros do grupo. Um deles é a exigência da anotação no “caderninho de produção” da origem dos insumos utilizados no plantio o que resulta em maior controle dos produtores da sua produção e, como tal, essa operação é fundamental para obtenção da certificação dos produtos. Os agricultores do Herança Viva tinham dificuldades e até mesmo esqueciam das anotações. Nas reuniões foi definido que o “caderninho de produção” deveria ser trazido nas reuniões para tirar dúvidas do preenchimento e nos encontros nas propriedades o produtor visitado deveria mostrar suas anotações e relatar sua experiência para os demais integrantes.

A cobrança foi avaliada positivamente pelos produtores, pois no mês de outubro houve uma fiscalização do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) em duas propriedades de membros do grupo, nas quais a inspeção não encontrou a presença de resíduos de agrotóxicos. Apenas exigiram-se conformidades como a implantação de barreira vegetal e a apresentação da certificação de conformidade orgânica atualizada. Essa situação reforçou o papel do “caderno de produção” e sua importância na credibilidade da produção realizada pelos integrantes do grupo.

No mesmo período da ação do MAPA, a APACO conseguiu recursos financeiros para a contratação de um técnico agrícola, com a função de acompanhar os grupos vinculados à rede formada por esta entidade, caso do Grupo Agroecológico Herança Viva. Tal premissa é uma situação importante para os membros do grupo, pois há a possibilidade de maior acompanhamento da organização da associação, como também para o auxílio na produção agrícola.

Todos os andamentos realizados no grupo vieram na direção da valorização da própria associação, como dos indivíduos que fazem parte dela e que através da cooperação adquire-se maior possibilidade de sustentabilidade que a simples repetição da lógica individualista do mercado.

No entanto o Herança Viva tem limitações na organização de suas atividades e bem como na própria estruturação de seus regimentos, levando muitas vezes ao enfraquecimento do engajamento de seus membros. Para criar uma maior sensibilização do grupo frente a essa demanda, no mês de dezembro de 2015, foi realizada em dois momentos uma oficina de SWOT e DRP (figura 12).

Todo o processo de construção da oficina foi adaptado, a partir, da análise SWOT, como forma de sistematizar as informações e fundamentar as escolhas das estratégias. Agrupando as informações de maneira a facilitar a compreensão da realidade e, por conseguinte, a escolha das estratégias consubstanciadas nas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas pelo próprio grupo.

Para identificar as características que envolviam o grupo, e assim poder colaborar com a análise SWOT, foi realizado em conjunto as ferramentas de diagnóstico trazidas pelo DRP, de forma a construir a proposição de estratégias para a solução dos problemas encontrados, e o próprio fortalecimento dos produtores e seu grupo.



Figura 12: Oficina de SWOT e DRP

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A importância do planejamento segundo Andrade (2012) :

Para que a organização possa vir a se articular rumo aos objetivos pretendidos, é necessário que esta considere tanto as oportunidades e as ameaças ambientais como os seus pontos fortes e pontos fracos internos. Desse modo, dependendo do contexto externo e interno encontrado, a empresa deverá adotar um posicionamento estratégico com a finalidade de orientar a futura definição dos objetivos e das estratégias de ação necessárias. (ANDRADE, 2012, p. 77)

Para realizar tal atividade o grupo reuniu-se na Feira Central de Chapecó. Na primeira parte da oficina foram trazidos elementos sobre o cenário

agrícola que Herança Viva está inserido (Modernização Agrícola X Desenvolvimento Sustentável) e o papel da associação frente a essa estrutura.

Na segunda parte foram apresentados dados referentes à interação social dos membros da associação. Nesse momento foram resgatadas as origens do Herança Viva, a valorização da história da entidade pelos seus integrantes com objetivo de ratificar os seus valores formadores. Como resultado os antigos e novos participantes sentiram-se parte do mesmo conjunto.

No terceiro momento os integrantes analisaram o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) que envolvem a associação. Cada um desses componentes, em maior ou menor grau, influencia direcionamentos da organização, exigindo que seus componentes estejam sempre atentos às novas exigências e influências que estarão no seu cotidiano. No momento da oficina o grupo identificou os seguintes pontos que são apresentados no quadro 2.

Ambiente Interno		Ambiente Externo	
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> -Projeto de Vida; -Persistência; -Confiança; -Troca de Ideias; -História do grupo; -Espaços de Venda; -Qualidade dos produtos; -Conhecimento. -Diversidade de produtos; -Agricultura Familiar; -Participação nas reuniões; - Produção Orgânica 	<ul style="list-style-type: none"> -Participação; -Demora nas atuações; -Divulgação do Grupo; -Conscientização; -Explicação dos produtos; -Desorganização; -Desânimo; -Falta de Conhecimento; -Prática de cultivo; -Falta desconfiança; -Comunicação; -Trabalhar o associativismo; -Falta de Assistência -Falta de mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> -Novos Mercados; -Mais tecnologia para a produção; -Aumento da conscientização dos consumidores; -Crescimento populacional da cidade; -Divulgação na mídia; -Expansão do grupo; -Trazer mais famílias produtoras para o grupo; -Possibilidades de parceria com outros grupos e instituições 	<ul style="list-style-type: none"> -Denúncias; -Questionamentos dos produtos e produtores, -Falta de mão-de-obra nas propriedades; -Sucessão; -Manter a regularidade da produção; -Grandes empresas do setor de alimentos

Quadro 2: Ambiente interno e externo do Grupo Agroecológico Herança Viva

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor

Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

Diante dos contextos interno e externo, identificados, é necessário definir um plano de ação para possa construir alternativas para a superação das dificuldades e o aprimoramento das qualidades que foram identificadas pelos participantes do grupo, sendo definida a quarta etapa da oficina.

O plano de ação é uma ferramenta para acompanhamento de atividades que foram selecionadas pelo grupo por um determinado período visando suprir determinados pontos que são considerados impedimentos para o crescimento da associação. Porém, antes de pensar alguma ação a ser realizada, é indicado reconhecer qual são os objetivos do grupo. Para isso é necessário estabelecer os princípios organizativos da associação para então estabelecer um caminho a ser seguido.

No quadro 3, serão demonstrados a Missão, Visão, Lema e os Valores do Grupo Herança Viva, que foram elaborados pelos seus integrantes.

<p>Missão Produzir e fornecer alimentos agroecológicos de qualidade da Agricultura Familiar.</p>
<p>Visão Ser um grupo de referência nacional em alimentos agroecológicos da Agricultura Familiar.</p>
<p>Lema Implantar na propriedade uma cultura de administração, planejamento, voltado à valorização das necessidades e desejos das pessoas.</p>
<p>Valores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito a pessoa; • Qualidade de alimentos; • Determinação; • Persistência; • Dedicção; • Empatia; • Sustentabilidade Socioambiental

Quadro 3: Princípios Organizativos do grupo

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa do autor
Chapecó, SC. Mar-2014/dez-2015

A realização dos princípios organizativos contribuiu para que o grupo, juntamente com a análise do seu ambiente externo e interno, definisse os principais pontos que iriam constituir o plano de ação para 2016, sendo composto por 5 temáticas:

- aprimoramento do registro da ata de reuniões;
- maior controle e detalhamento dos procedimentos;
- comunicação externa e interna mais eficiente e efetiva;
- maior divisão de responsabilidades entre os membros;
- acompanhamento da produção.

Para cumprir tais temáticas os integrantes foram divididos em 5 subgrupos: Coordenação, Regimento Interno, Divulgação, Comunicação Interna e Assistência Técnica. Neste sentido, o grupo ficou com a incumbência de nas próximas reuniões encaminharem suas ações. Tais premissas reforçam as perspectivas de ações conjuntas e o envolvimento dos integrantes (Capital Social) no desenvolvimento do grupo.

4.5. Transição Social Agroecológica

As práticas sustentáveis não devem estar balizadas somente na consideração do uso racional dos recursos naturais e de práticas econômicas equilibradas. Mas devem envolver a aproximação dos indivíduos com suas realidades e o fortalecimento dos diversos grupos, que possam quebrar com a prática individualista instituída pelo mercado que gera desigualdades e o isolamento social.

Como aborda Costabeber (1998):

La dimensión social contempla también un proceso de acción colectiva de carácter identitario, a través Del cuallos actores establecen relaciones de interés común em aras de buscar el reconocimiento y la inclusión social y la construcción de alternativas orientadas a la resolución de SUS propios problemas. Como ejemplo de ello, estaria la conquista de oportunidades para expresar sus puntos de vista, deseos, creencias y expectativas em torno a su futuro como agricultor y ciudadano. Em síntesis, la satisfacción y la realización personal como ganancia derivada de la participación ciudadana em la discusión, planificación y experimentación de alternativas – Sean las de aplicación individual o colectiva, Sean las de naturaleza tecnológica u organizativa - , podrían representar una importante razón social para ciertos tipos de cambio por parte de los agricultores. (COSTABEBER, 1998, p. 261)

A possibilidade para a superação da crise social e ambiental que a sociedade atual enfrenta passa pela ação coletiva. Ela acaba sendo uma alternativa principalmente para os agricultores de base ecológica que, através de seus agrupamentos sociais e o manejo ecológico, poderiam fortalecer o processo de trocas de experiências entre eles como também encontrar saídas para as tendências de homogeneização e centralização produtiva (COSTABEBER, 1998). Esse contexto pode ser representado na figura 13.

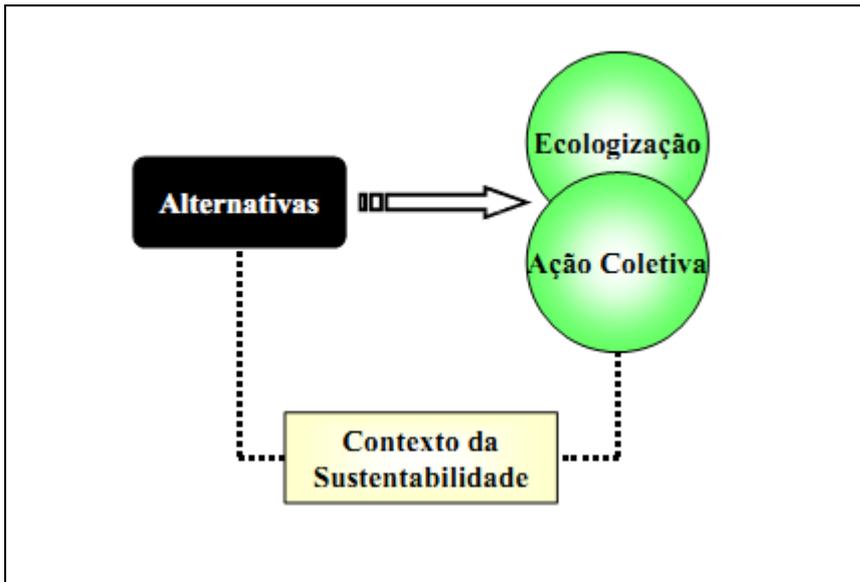


Figura 13: Ecologização e Ação Social Coletiva como sustentabilidade
 Fonte: COSTABEBER, 1998, p.255

A questão apresentada é importante, pois a ação coletiva entre pequenos produtores rurais e o manejo ecológico dos recursos naturais que envolvem a atividade podem ser formas para buscar alternativas a serem inseridas no mercado e garantirem sua sustentabilidade. Porém, tomar essa ação como a única forma de fortalecimento dos grupos sociais agroecológicos e da superação de suas limitações parece não contemplar todas as dimensões que os envolvem.

O ponto que pode ser chamado atenção é que o agrupamento social entre os agricultores e a forma de uso racional dos elementos naturais pode tornar apenas uma nova reprodução do mercado, perdendo assim o papel de empoderamento da organização social e dos seus membros.

Como coloca Calle (2010):

De esta manera, el sistema agroalimentario global desperdicia redes de cooperación social básicas para desarrollar circuitos cortos o producir instituciones sociales que podrían apoyar transiciones hacia la sustentabilidad. La credibilidad de los individuos, a veces forzados a vender al Imperio, otras persuadidos educativamente de sus bondades futuras, se vuelca hacia su integración como apéndices de entramados controlados y drenados por grandes multinacionales. Se expanden los circuitos de dependencia y se pierde autonomía con respecto a ellos. Instituciones sociales como las tradicionales cooperativas agrícolas en los países del Norte o los intercambios de semillas entre campesinos de cualquier parte del mundo se vuelve necesariamente representativas del modo de producción a escala global. (CALLE, 2010, p. 1)

Diante do exposto, acredita-se que as organizações sociais e seus membros possam repensar suas atitudes, a transição não seja apenas no modo de produzir, mas que realmente possa influenciar as pessoas e o ambiente natural,

social, econômico que as envolve. Analisando a atuação das condições sociais, as redes, a democratização do mercado de alimentos, tratarem da problemática política dos conflitos socioambientais que leve a uma Transição Social Agroecológica (CALLE, 2010).

A transição Social Agroecológica é entendida como um processo de alterações que passam por um projeto sociopolítico integral, que seja construído a partir de uma organização que possa estimular a participação de todos (produtores, consumidores, etc). Enfatizando as redes formais e informais, valorizando as cadeias curtas locais de comercialização e visando uma relação harmoniosa entre o homem e natureza. A transição social agroecológica como aponta Calle (2010, p.6) deve abordar: “[...] la cuestión de cómo crear, en todas las dimensiones de análisis del sistema agroalimentario, una cultura de la sustentabilidad (cómo interaccionar con la naturaleza, cómo coevolucionar) que promueva procesos de cooperación social de abajo a arriba.” Tal contexto pode ser analisado na figura 14.

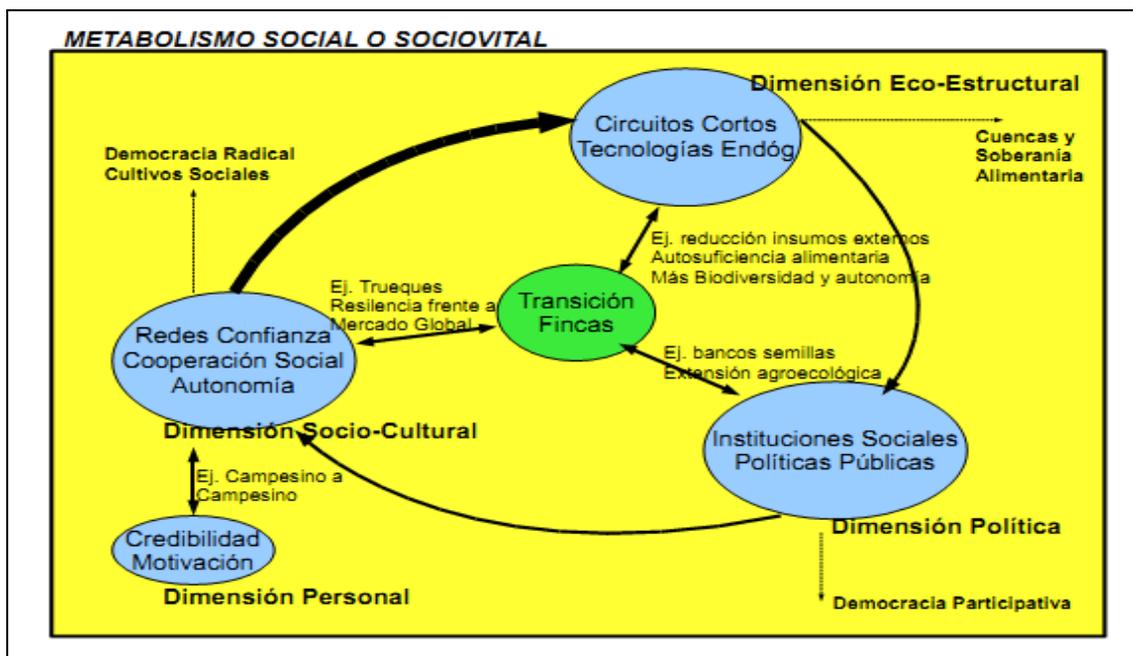


Figura 14: Modelo de Transição Social Agroecológica
Fonte: CALLE, 2010, p.8

A perspectiva da transição social agroecológica é constituída por três grandes dimensões: dinâmicas de cooperação, políticas públicas e estruturas ambientais relativas aos circuitos de manejo de recursos naturais e tecnologias sociais. Para uma melhor compreensão dessas dimensões elas foram subdivididas em cinco seções (Calle, 2010):

- Cooperação Social: encontros e redes com critérios de sustentabilidade, autonomia e participação, práticas comunitárias, igualdade de gênero;
- Circuitos Curtos: mercados locais e orgânicos, redução de intermediários;
- Tecnologias Endógenas: redesenho de agrossistemas com práticas agroecológicas, redução da pegada ecológica;
- Instituições e inovações sociais (4a): criação de sistemas participativos de garantia de gestão integral por redes sociais, educação popular para agroecologia;
- Dimensão Pessoal (4b): princípios de equidade e inclusão socioeconômica, capacidade de visualização pública dos conflitos em torno do sistema alimentar, espaços de relação de produtores e consumidores;
- Políticas Públicas: democratização das participações, apoio técnico e agroecológico, acesso à terra, microcréditos com critérios sociais, legislação que favoreça a comercialização e a produção local, campanhas de sensibilização de consumo e gênero.

A Transição Social Agroecológica passa necessariamente por um processo de conscientização da sociedade diante da discussão de como produzimos e quem produz os alimentos consumidos por ela. Porém, também vem na percepção dos produtores rurais com relação ao modelo econômico atual, se apenas o reproduzem ou buscam alternativas para suas demandas. Principalmente quando começa a perceber as dinâmicas das organizações sociais rurais e suas relações sociais, econômicas e ambientais, se estão buscando realmente o protagonismo de seus membros ou a servidão e o individualismo.

Na relação com o Grupo Agroecológico Herança Viva, as suas ações apontam ainda para um caráter de reestruturar a sua ação social coletiva, em conjunto com as práticas de manejo ecológico. Tendo relação com a perspectiva de Costabeber (1998), que através dessa interação seria o alicerce para desenvolver uma alternativa tecnológica e organizacional para a superação da crise

socioambiental, incluindo, desta maneira, o grupo de produtores rurais que não desejam seguir ou ingressar no processo de modernização agrícola. (COSTABEBER, 1998).

O Grupo Herança Viva frente a essa questão deve ampliar sua discussão no âmbito de um projeto sociopolítico de suas práticas de sustentabilidade. Não apenas realizando uma reorganização de sua estrutura interna (como já visto anteriormente) e mantendo as práticas de cultivo agroecológico, pode-se ficar alheio ao cenário de produção e comercialização agroalimentar. Como aponta Calle (2010):

Dicho de otro modo, la revolución em el hardware (circuitos cortos, tecnologías endógenas), la recreación de paraguas que alienten la acción colectiva (políticas públicas) y la promoción de prácticas de cooperación y metodologías participativas entre productores y consumidores, organizados previamente o a título individual, son El sustrato que puede hacer fértiles y motivantes innovaciones em el software (câmbios personales y sociales) que se apunten a la senda del cambio social. (CALLE, 2010, p.14)

Para uma melhor compreensão do grupo foram comparadas as cinco seções colocadas por Calle da Transição Social Agroecológica para uma apreciação das ações realizadas pela associação, com a finalidade de verificar como esses pontos estão sendo conduzidas por ela.

Na primeira seção, cooperação social, observa-se que o grupo ainda, precisa aprimorar sua afinidade entre seus membros, como também a relação com outros grupos agroecológicos, sendo a troca de informação e conhecimentos fundamental para o seu crescimento, que apontam aspectos do capital social discutidos anteriormente.

Quanto aos circuitos de comercialização curtos é utilizado pela grande maioria dos integrantes, seja nas feiras-livres do município de Chapecó, na comercialização domiciliar ou acessando programas institucionais. No entanto alguns membros vislumbram o acesso às redes de supermercado (cadeias longas), não percebendo como tais espaços mais exploram do que beneficiam o produtor, implicando em uma visão ineficiente quanto a venda de produtos em conjunto.

Referente a terceira seção, tecnologias endógenas, o grupo ainda possui uma forte dependência de insumos não produzidos na propriedade e há pouco apoio governamental. No ano de 2015, os agricultores do grupo Herança Viva buscaram algumas inovações para a produção, como o curso do cogumelo de Shitake, porém é necessário estar mais envolvidos com essa questão.

A participação de instituições sociais limita-se a algumas estruturas: a Rede APACO, para acessar a certificação participativa e da CooperFamiliar, vinculada a alguns membros do grupo para a comercialização de alguns itens da sua produção. Há poucas interações do grupo e predomina ainda interações dos membros individualmente. Mesmo assim o grupo consegue atrair consumidores, universidades para participar da associação, sendo um contexto importante para a ampliação das informações da produção agroecológica e suas dimensões.

Na análise da última seção, das políticas públicas, a Prefeitura Municipal de Chapecó possui um programa que incentiva e organiza as feiras livres da cidade. Mas o Grupo Agroecológico Herança Viva participa pouco das esferas de políticas públicas e, como por exemplo dessa inoperância, está a não participação no CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) local, ou seja, não influencia nas decisões municipais sobre o assunto.

Diante do exposto, observa-se que o Grupo Herança Viva demonstra que passa por diferentes níveis de transição, sendo necessário analisar suas dinâmicas de cooperação social, o aprimoramento de suas tecnologias endógenas. Como ampliação dos contatos com outros grupos e próprio papel político da associação no que tange as políticas públicas que envolvam a agroecologia em Chapecó. Neste sentido, necessita-se que o avanço nas diferentes dimensões poderá fortalecê-lo, principalmente nas temáticas discutidas nesta dissertação, incluindo o binômio capital social e ações conjuntas.

5. CONSIDERAÇÕES

A sociedade atual baseada nos valores de um modelo econômico que prioriza a competição e o individualismo, dentro da lógica do consumismo desenfreado que degrada os recursos naturais. Tal cenário parece não ter espaço para outras possibilidades que possam repensar os padrões que a humanidade adotou ao longo do tempo. Todo esse conjunto trouxe uma grande incerteza à sustentabilidade da nossa civilização.

A crise socioambiental baseada na desigualdade gerada pelo modelo dominante força a sociedade a repensar toda uma estrutura. Sendo necessária uma nova visão da realidade, que possa rever pensamentos, percepções e valores, trazendo para a discussão uma postura dinâmica, aberta e dialógica, contribuindo para uma visão crítica das questões e de suas possíveis soluções.

Dentro desse contexto as discussões sobre organizações sociais ganham importância, pois nestes espaços as formas de relacionamento entre os membros e outras instituições, a construção de regras de conduta, a configuração na construção dos seus objetivos de trabalho e a própria maneira dos integrantes exercerem sua cidadania são pontos que podem, a partir da coletividade, repensar o papel destes indivíduos dentro da sociedade, como na construção de um outro mundo possível.

No âmbito da Agroecologia a premissa é que o conhecimento não é formado apenas pelo saber científico, mas da complexidade das relações ambiental, social e econômica que envolve os agrossistemas. Aliando a ciência com o saber constituído pelos agricultores e o ritmo dos ciclos naturais, resultando assim em novas descobertas com o manejo ecológico.

O Capital Social trouxe a perspectiva de que o envolvimento das pessoas pode propiciar evoluções no desenvolvimento de uma determinada comunidade, a qual por meio da Análise das Redes Sociais que formam o grupo, possam gerar ações que busquem o seu fortalecimento, como também normas de comportamento e de compromisso.

A tríade teórica utilizada possibilita uma melhor interpretação dos indivíduos que fazem parte do Grupo Herança Viva e sua relação com seu ambiente natural, econômico e social. Passando necessariamente pelo entendimento da

interação entre eles, a associação e como seus integrantes lidam com um modelo alternativo de produção agrícola, frente à sociedade atual.

Todo esse contexto foi auxiliado pela utilização metodológica da pesquisa-ação, que possibilitou penetrar no ciclo do Grupo Agroecológico Herança Viva, e que facilitou o acesso às informações da associação, como também fazendo parte das discussões e colaborando com seus processos organizativos.

Frente a todo este cenário foi possível conhecer a gênese do grupo e entender como ação política da Prefeitura Municipal de Chapecó no final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi determinante para a sua formação. Tal ação foi decisiva para o processo inicial e para atração dos primeiros produtores, porém, com a mudança da gestão pública no governo municipal, houve um enfraquecimento, demonstrando a forte dependência de agentes externos que existe, sendo necessária uma maior autonomia dos seus integrantes na sua condução. Esse aspecto vem influenciado na forma do engajamento dos seus membros.

A mobilização dos agricultores que fazem parte da associação é um contexto que pode ser percebido no questionário aplicado e na análise das suas redes sociais. Um dos resultados da pesquisa demonstrou uma baixa reciprocidade do grupo, e também poucas atividades de ações conjuntas realizada pelos seus associados. No ano de 2015 houve uma intensificação de atividades com o intuito de levar atos cooperativos que pudessem movimentar os membros, como a periodicidade de reuniões, mutirões, realização de curso de capacitação e oficinas para repensar o rumo da organização.

Nesse sentido, a realização da oficina de SWOT e DRP colaborou para que os agricultores do Herança Viva, pudessem rever práticas do grupo e, em conjunto, pensar soluções para o seu fortalecimento, ou seja, trazendo todos para discutirem, avaliarem e tomar iniciativas que busquem a coesão de suas ações, que poderá tornar-se uma ferramenta permanente dentro do grupo, para um processo contínuo de avaliação e definição de metas da organização.

A grande articulação passa necessariamente em trazer os membros do grupo para pensar contextos que o enriqueçam, assegurando a participação de todos, para proporcionar um ambiente de transformação e tornar o processo de mudança significativo para as pessoas desde o começo.

6. CONCLUSÕES

As redes de cooperação atuam sobre um determinado agrupamento social, a teoria da Análise de Redes Sociais (ARS) foi importante para identificar como são formadas as relações de reciprocidade, informação e confiança presente nas redes sociais formais e informais desenvolvidas pelos indivíduos e no grupo. Neste sentido, foi possível perceber no decorrer da pesquisa, como as relações institucionais foram importantes para a própria criação do grupo e também na questão de apoio técnico, econômico e do gerenciamento da propriedade. Duas instituições têm uma relação mais próxima com os produtores (EPAGRI e Secretária Municipal de Agricultura de Chapecó), porém o grupo demonstra fragilidades com outras instituições.

É necessário que o Grupo Herança Viva busque estratégias para um maior nível de envolvimento entre outras instituições, na ação de integrar-se em projetos com universidades da região, trocar informações com outros grupos agroecológicos e buscar contatos com redes de apoio técnico e financeiro. Principalmente com a Rede APACO, instituição responsável pela certificação participativa. A atuação do grupo nestes espaços é fundamental para estimular suas atividades e buscar a superação de problemas atuais e futuros.

O grupo deve ir além da reestruturação dos seus processos organizativos e de intensificar sua ação social coletiva. Deve-se também integrar essas questões aliado a um projeto político do grupo, que envolva seus participantes em discutir o cenário das cadeias produtivas alimentares. Logo, não apenas tornarem-se fornecedores de matéria-prima, mas agentes que questionam sua realidade, a atuação do Grupo Agroecológico Herança Viva e seu papel de cidadãos, completando assim o processo de transição social agroecológica.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **O debate em torno do capital social: uma revisão crítica.** BIB, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, jan./jul. 1999.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local.** Ci. Inf., Brasília: v.33, n.3, pg. 9-16, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5ª edição Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 23-65.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos.** In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas - SP: Editora da ABEP, 2006. v. I. p. 176-198.

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle.** São Paulo: Atlas, 2012.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional.** Brasília- DF: IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fevereiro de 1999.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿ De qué estamos hablando? In: Madoery, Oscar e VázquezBarquero, Antonio (Eds.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local.** Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BONAMIGO, Irme Salete; Dorigon, Clóvis; Renk, Arlene. “Mundialização de mercados agroalimentares e modos de vida de agricultores do oeste de Santa Catarina.” In: LAJÚS, Maria Luiza de Souza, Vargas, Myriam Aldana, BADALOTTI, Rosana Maria (orgs). **Dinâmicas Regionais e Políticas Públicas.** Chapecó/SC: Argos, 2014. p: 75 a 97.

BORDIN, Andréa Sabedra ;GONÇALVES, Alexandre Leopoldo, TODESCO, José Leomar. **Análise da colaboração científica departamental através de redes de**

coautoria. Belo Horizonte/MG: Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, n.2, p.37-52, abr./jun. 2014. p. 37 a 52.

BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G., FREEMAN, L. C.2002. Ucitex for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies.

CALLE, A.; GALLAR, D. **Agroecologia Política: transición social y campesinado.** In: Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 8., 2010, Porto de Galinhas. Anais. Porto de Galinhas/BA: ALASRU. p. 1-23. 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis.** Brasília: 2009. 30 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. “Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.” In: CAPORAL, Francisco, AZEVEDO, Edisio Oliveira de (orgs). **Princípios e perspectivas da agroecologia.** Instituto Federal do Paraná, 2011. p: 123 a 150.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 11ª edição. São Paulo: Cultrix, 2009.

CORNWALL, A. **Locating Citizen Participation.** IDS Bulletin. Vol 33., n.2, p.49-58, 2002.

COSTA, Jean Henrique. **Entre a estrutura e a ação, melhor a relação: para pensar a análise de redes sociais.** Londrina/PR: Revista Espaço Acadêmico. N. 117. Fevereiro de 2011. p. 123 a 130.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. 422 f. Tese (Doctorado em Agroecología, Campesinato e Historia) - Universidade de Córdoba, Córdoba/Espanha, 1998.

DORIGON, Clóvis. **Mercados de produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em Construção.** 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas. **Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico.** Rev. Bras. de Agroecologia, Porto Alegre, 5(1): 3- 23 (2010).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUINI, Lucas Labigalini. **Desenvolvimento e arranjos produtivos locais: concepções e inter-relações.** Revista Geografia (Londrina), v.20, n.2, p.151-164, maio/ago 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Wilson Itamar. **As Feiras-Livres de Pelotas, RS: Estudos sobre a Dimensão Socioeconômica de um Sistema Local de Comercialização**. Pelotas; UFPel, 2005.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**. Volume 78, Issue 6, May, 1973, pp. 1360-1380.

GUIMARÃES, R. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento** In: VIANA, G; SILVA, MARINA; DINIZ, N. (orgs). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p: 43 a 68.

KAUFMAN, Dora. **A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço**. Galaxia(São Paulo, Online), n. 23. jun. 2012. p. 207 a 218.

KIYOTA, Norma. **A Representação dos Agricultores Familiares em Espaços Institucionais de Participação Social no Sudoeste do Paraná – Brasil**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 110 - 129, jan/abr 2014.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Marthilde Endlich Orth. 11.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

MARINI, Marcos Junior *et al.* **Avaliação da Contribuição de arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Local**. Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. Vol. XVII, n. 996, 15 de outubro de 2012.

MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, 2001.

MATTOS, C.A.C.de; SILVEIRA PINTO, W. de; CARDOSO, A.G; SILVA,R.L.da & BRIENZA JUNIOR,S. **Estratégias de planejamento a partir do diagnóstico rápido participativo e da análise swot: um estudo na comunidade de São Bento, Salinópolis – PA**. Sociedade e Desenvolvimento Rural online – v.5, n. 2 – Dez – 2011.

MELO, Rosinei de. **Atas: Registro de lutas discursivas da Escola Peixoto Gomide de Itapetininga**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Language) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, ET AL. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Sistemas Participativos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>. Acesso em: 6 dez. 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

O'CONNOR, J. **Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

PEREZ, Renata B.; CHIQUITO, Elisângela de A. **Ordenamento Territorial, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional: Novas Questões, Possíveis Articulações**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo: v.14, n.2, 2012.

PETERSEN, Paulo. “Agroecologia e a superação do paradigma da modernização”. In: NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma nova agricultura**. Curitiba/PR: Kairós, 2013. p: 69 a 103.

PUTNAM, Robert. Capital social e desempenho institucional. In: PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (capítulo 6, p. 173-194).

RADOMSKY, Guilherme. F.W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma nova agricultura**. Curitiba/PR: Kairós, 2013. p.297 a 326.

RADOMSKY, Guilherme F. W.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.22, p.49-284, 2007.

RADOWSKI, Guilherme F. W.; CARVALHO, Cyntia X de.; BASTOS, Valério V.; MALAGODI, Edgard. Inovações técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural: a agroecologia no Oeste de Santa Catarina e no Agreste da Paraíba. In: SCHNEIDER, Sérgio, MENEZES, Marilda, SILVA, Adenor Gomes da, BEZERRA, Islandia (orgs.). **Sementes e Brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2014. p. 49 a 69.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

RIGO, Ariádne Scalfoni; NETO, José Raimundo Cordeiro; GOMES, Ana Karolina Pereira; SANTOS, Sarah Tarsila Vasconcelos; ARBUSTI, Thalita. Empreendimentos Solidários e Mobilização do Capital Social: Um Estudo de Dois Casos no Vale do São Francisco. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; JÚNIOR, Jeová Torres Silva; SCHOMMER, Paulo Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão Social e políticas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife/PE: UNIVASF, 2010. p. 256 a 288.

ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2002.

ROVER, Oscar José. **Obstáculos e exigências para a governança regional**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR, v. 7, n. 1, p. 130-152, jan-abr/2011, Taubaté/SP.

SABOURIN, Eric. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição, 5ª reimpressão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHIMANSKI, Édina. Pesquisa-ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória. In: Jussara A. Bourguignon. (Org.). **Pesquisa Social - reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa/PR: Toda Palavra, 2009.

SCHLEMPER, Alexandre Luiz. **Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Palmas: possibilidade e limites de atuação nos arranjos produtivos locais da Região Sudoeste do Paraná**. 2013. 113 páginas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR.

SILVA, Carlos Alberto da; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. **Análise de redes sociais e sociologia da ação. Pressupostos teórico-metodológicos**. Revista Angolana de Sociologia, 11/2013, p. 91-106.

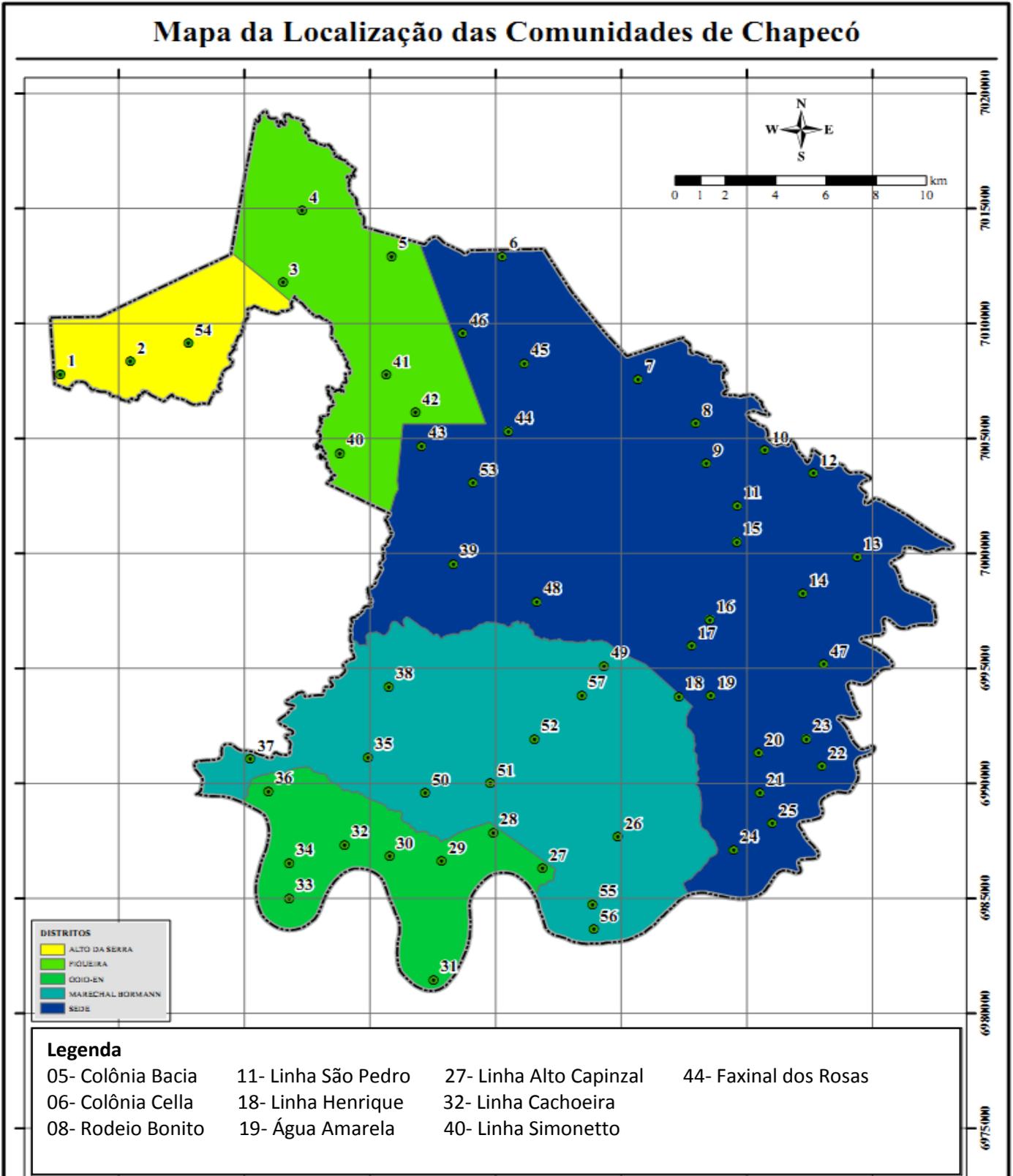
TESTA, V.M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. **Perspectivas de pesquisa-ação: investigar, atuar, formar**. Revista de Ciências Humanas, Vol. 6, Nº 2, p. 223-238, Jul./Dez. 2006.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 3 -22.

ZANI, Felipe Barbosa. O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais pela ótica da cidadania deliberativa. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (orgs). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p.181 a 206.

ANEXO A: Localização das comunidades dos membros do grupo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS:
 SAD 1969 - UTM Zona 22S
 Projeção: Transversa de Mercator
 Meridiano Central: -51,0
 Fator de Escala: 0,9996



Equipe Água Boa 2015
 Agosto - 2015

APÊNDICE A: Questionário aplicado aos Membros do
Grupo Agroecológico Herança Viva



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional



Questionário de Pesquisa: Grupo Agroecológico Herança Viva

Nível de Confiança no grupo: Assinale uma das notas abaixo, sendo 5 para o mais alto nível e 1 para o mais baixo:

() 5 () 4 () 3 () 2 () 1

Quando possui alguma informação que possa interessar ao grupo, como procede?

() Repassar o mais rápido possível ao coordenador do grupo

() Esperar chegar o dia da reunião para repassar

() Fala para alguns integrantes

() Traz a informação para outro integrante do grupo, que não o coordenador, que julga ser mais capaz para repassá-la. Caso marque essa afirmativa colocar quem é o integrante:_____

() Não repasso a informação

() Faço outra ação. Caso marque essa afirmativa especificar qual ação?:_____

Mecanismo de Troca (socialização):

() Não

() Sim

Quais?_____

Dos associados abaixo qual você possui maior contato?

() Neri Vacari () Paulo Munarini () Davi de Oliveira

() OlidemarLuzzi () Danilo Bucoski () Ricardo Sartori

() Edione Cardoso () Claudécir Rocha () Moacir Sabadini

() Jair Pinheiro () Pedro Rocha () Nenhum

Dos associados do grupo qual você percebe maior colaboração e prestígio no Grupo? (Citar 02 produtores):

Outras Relações Sociais

Você conhece outro grupo agroecológico?

Sim Não

Caso a resposta seja SIM especificar:

Você faz parte de algum outro grupo ligado à agricultura?

Sim Não

Caso a resposta seja SIM especificar:

Você faz parte de algum espaço de diálogo ou locais que podem influenciar políticas públicas ligadas ao segmento agrícola?

Sim Não

Caso a resposta seja SIM especificar:

Você faz parte de algum outro grupo ou entidade? Marque o item que tem relação com a sua participação.

Associação esportiva Igreja Associação de Bairro

Grupos de Jovens Pastorais Movimentos Sociais

Grupos de amigos Sindicato Não Participa

Outro, especificar:

Quando você participa de outros grupos ou está envolvido em outros espaços, tende a abordar questões relacionadas ao Grupo Herança Viva?

Sim Não

Caso a resposta seja SIM especificar:

Rede Institucional

Das instituições abaixo, qual você tem mais contato para buscar informações técnicas:

- Epagri Cooperfamiliar Cresol
 UFFS Secretária da Agricultura Grupo Herança Viva
 Unochapecó Apaco Vizinho
 Outra instituição:
-

Das instituições abaixo, qual você tem mais contato para buscar informações referentes para questões econômicas:

- Epagri Cooperfamiliar Cresol
 UFFS Secretária da Agricultura Grupo Herança Viva
 Unochapecó Apaco Vizinho
 Outra instituição:
-

Das instituições abaixo, qual você tem mais contato para buscar informações referentes ao gerenciamento da propriedade (produção, canais de comercialização):

- Epagri Cooperfamiliar Cresol
 UFFS Secretária da Agricultura Grupo Herança Viva
 Unochapecó Apaco Vizinho
 Outra instituição:
-

Das instituições abaixo, atribuindo uma nota de 1 (para pior) a 5 (para melhor), no contexto que tenha maior contribuição com o seu cotidiano:

- Epagri Cooperfamiliar Cresol
 UFFS Secretária da Agricultura Grupo Herança Viva
 Unochapecó Apaco Outra instituição:_____